



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 50

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 04-01-2008

Aos quatro dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Miguel de Almeida Dias, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, António Bastos Marques Rodrigues, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 18:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Sesnando Alves dos Reis e Mário Manuel Borges Pereira Pinto.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, José António Fernandes Pedroso e António Manuel de Carvalho Serra Granjeira pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Miguel de Almeida Dias, António Bastos Marques Rodrigues e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidaturas Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, José Carlos Carvalho Pedroso, Vera Maria da Cruz Vieira, Lucinda de Sousa Brandão Pereira e Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e José Fernandes Pereira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara⁰⁴ fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Entretanto deram entrada na sala os vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes).

De seguida usaram da palavra os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁵

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰⁶

(Deu entrada na sala a vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo)

Presidente da Mesa ⁰⁷

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰⁸

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁹

Presidente da Mesa ¹⁰

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ¹¹

“Na continuação do que também foi dito, também queria deixar registado os meus votos de Bom e Feliz Ano aos senhores deputados, ao Executivo e a todos os cidadãos de Aveiro.

Para ser breve, também não queria deixar passar de registado, dado que na última reunião tivemos aqui por apresentação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha um voto com vista a formularmos e a manifestarmos o desejo de rápidas melhoras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cosme/Famalicão, ficar o registo efectivamente do falecimento daquele Senhor Presidente da Junta e, portanto, registarmos também com pesar o falecimento deste autarca.

Senhor Presidente, senhores deputados, desde a última Assembleia onde foram aprovadas as medidas mais importantes (que considero as mais necessárias por este município) decorreram ou decorreu já há algum tempo. Sabemos que vossa excelência e o seu executivo iniciou de imediato acções concretas para que se concretizassem as medidas achadas necessárias, para proceder essencialmente à solução do gravíssimo problema financeiro da Câmara.

Gostaria pois de solicitar a vossa excelência informação sobre o ponto da situação dos quatro assuntos essenciais que foram aqui atempadamente trazidos por vossa excelência a esta Assembleia e que nós ou apreciámos ou aprovámos.

São eles: um já aqui referido e faço minhas as palavras do Senhor Dr. Jorge Nascimento, o problema portanto da parceria pública privada, com vista à edificação do parque escolar no âmbito da Carta Educativa do concelho de Aveiro. Refiro-me também essencialmente ao ponto da situação do empréstimo dos cinquenta e oito milhões de euros, aprovados também por esta Assembleia e que foram remetidos para apreciação do Tribunal de Contas. Gostava também de

pedir que nos desse uma síntese da situação sobre a instalação da unidade de tratamento de resíduos sólidos urbanos. E finalmente o quarto ponto, o que foi também aqui apreciado e votado: qual a evolução em termos do Parque Desportivo de Aveiro, da PDA?

Gostaria também de deixar referido aqui o meu agrado e apresentar a vossa excelência felicitações pela decisão do Executivo de ter estabelecido regras claras e inequívocas para a atribuição dos subsídios aos clubes desportivos. Entendemos que só desta forma e deste jeito é que é possível haver lisura no tratamento e haver também um libertar de cargas ou de suspeições, sobre a forma como os executivos tratam ou não tratam as associações, quer sejam elas desportivas, sejam elas recreativas, culturais ou outras. É um registo que quero deixar. Esperemos que ele seja alargado também com força e porque é necessário a todos os níveis de que a Câmara tenha como finalidade também a atribuição de subsídios a todos e a tudo, que sejam estabelecidas regras claras para a atribuição desses subsídios.

Gostava também de ouvir da parte de vossa excelência, alguma informação sobre o propalado aumento da dívida a curto-prazo. É que segundo julgo, a oposição que alertou este aumento brutal da dívida a curto-prazo, nesta ânsia de tudo criticar, tenho a impressão que acabou por dar um tiro nos próprios pés. Dado que tenho a informação e do que vi e li, isto advém exactamente do famoso relatório da IGF que vem determinar que existe dívida que antes não era considerada! Mas vossa excelência terá oportunidade e nós agradecemos a informação.

Relevar ainda no âmbito social o trabalho meritório e o apoio imprescindível que a Câmara tem prestado às instituições de solidariedade social, inseridas no projecto PARES e que para Aveiro se encontram, segundo informações que nos remeteu, já se encontram aprovados quatro mais dois novos empreendimentos na área da acção social.

Dois pequenos comentários que também gostava de deixar aqui registados: o primeiro comentário vai para o mercado Manuel Firmino. É a notícia de hoje, que com este pequenino mau tempo, o mercado Manuel Firmino meteu água! O espanto não é ter metido agora, porque ele vem metendo água de há anos a esta parte. Meteu água quando começaram as obras e depois se veio a verificar que afinal ele não suportava aquilo que lhe queriam fazer. Meteu água quando não se apurou da responsabilidade de quem mandou fazer as obras, e disse que aquilo tinha condições para ser feito; e não se apurou responsabilidade absolutamente nenhuma. Meteu água quando se fez um projecto e se fazem umas caleiras que afinal não levam a água, apenas uns pingos, umas morrinhas e agora está a meter água.

Quer-se dizer: é o mercado Manuel Firmino ou a sociedade POLIS ou a fiscalização, afinal, que andaram primeiro que o mercado a meter água? Toda a gente mete água — esperemos agora que este executivo arranje de facto uma solução, para que esta água, a que nos tem vindo a habituar e que tem vindo a ser demitida por responsabilidades de antanho, que finalmente tenha o seu terminus.

E finalmente também um comentário muito negativo face ao acontecimento nefasto de que Aveiro foi notícia, do falecimento de uma doente no nosso hospital. Não podemos deixar também de nos pronunciarmos e de o comentar de uma forma negativa, porquanto esta Assembleia e o próprio Executivo bem se preocupou na altura em que começaram a fechar por todo o lado e Aveiro foi dos primeiros contemplados com essa ânsia de fechar tudo e encerrar tudo, em termos de Saúde, e nós alertámos nessa altura os responsáveis e fizemos chegar a quem de direito o nosso alerta e a nossa preocupação, porque poderia pôr-se em causa o atendimento aos cidadãos de Aveiro, na doença ou nos cuidados de Saúde.

Infelizmente está-se a dar razão àqueles que estiveram preocupados; está-se a retirar a razão aos iluminados que tudo entendem e acham que andaram a estudar e que sabem mais do que todos, não ouvindo a voz da razão que muitas as vezes é a voz do povo.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴¹²

“Começava por “iluminados” e “meter água”. Estou admirado com o Dr. Jorge Nascimento! É que ou é “iluminado” ou é bruxo. Por que das duas uma: ele sabe tanto sobre a obra da Avenida, quando aqui ninguém sabe!? Porque aquilo que eu tenho conhecimento é que nem a Câmara ainda sabe da obra da Avenida porque ainda está em estudo. Mas o Senhor já sabe tudo, portanto ou é iluminado ou é bruxo. Mas voltava aqui ao CETA. Seria importante que a Câmara não se esquecesse desta grande instituição. Vai fazer 50 anos e é neste momento em Portugal o teatro amador mais antigo em actividade contínua e está a passar dificuldades até no pagamento das rendas. Menos de 1% dos valores que a Câmara gasta com o Teatro Aveirense chegava para aliviar economicamente esta grande instituição. Senhor Presidente da Câmara, Senhor vereador. Era aceitável uma atitude e uma resposta bonita a esta instituição. Continuando eu queria dizer o seguinte: estou aqui nesta Assembleia há 15 anos e durante estes 15 anos tentámos sempre ser coerentes nas atitudes e actos e nunca com atitudes hipócritas, porque não gostamos da hipocrisia.

Podemos às vezes não agradar às pessoas, mas é nossa maneira de ser. E é sempre com correcção e com a verdade. E isto vem a propósito de que só por isto assinámos e aprovámos a Moção apresentada pelo nosso colega Armando Vieira. E aproveitando o momento e tendo em mão a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, chamamos a atenção de não ser referenciado aqui as reuniões com os Presidentes de Juntas nos últimos três meses! E vem isto a propósito que, pela primeira vez em 15 anos, na feitura do Plano e Orçamento da Câmara não houve discussão ou negociação com os Presidentes das Juntas sobre os valores da delegação de competências. Foram-nos impostos os valores como um facto consumado e só tivemos conhecimento dos mesmos depois de serem aprovados pela Câmara Municipal.

Esta atitude foi demasiado incorrecta e do desagrado geral. E quando eu digo desagrado geral refiro-me aos Presidentes de Junta. Como se pode justificar que em projectos iguais aos anos anteriores os valores cheguem a diminuir 60% quando as Juntas apresentam valores coerentes nas transacções da Câmara!? Senhor vereador Pedro Ferreira, não aceitamos, nem admitimos, que o senhor fundamentalmente a sua acção no seguinte (e isto está escrito): a criação destes critérios, visa tornar mais transparente a atribuição das delegações de competência! Ora eu acho e tenho plena consciência que eles foram sempre transparentes. Ou se fazem com o valor do preço normal do mercado ou aquilo que o senhor poderá pretender é que as Juntas em receitas passem a subsidiar a Câmara. Isto só é possível por falta do conhecimento político do meio.

Depois exige às Juntas que deverão remeter ao município até ao final de cada trimestre o relatório das execuções, para proceder ao pagamento!? O senhor tem plena consciência que das delegações de competência de 2007 ainda só recebemos zero — e aqui estamos a falar de 2008.

Com confiança e lealdade a Câmara devia pagar adiantado às Juntas e estas serem obrigadas à justificação com documentação (e aqui sim). As Juntas ou fazem ou não fazem.

Senhor vereador, as Juntas de Freguesia nunca foram tão mal tratadas. E o senhor tem a consciência e o conhecimento que não sou o primeiro e único a dizer isto. Todos sabem das dificuldades da Câmara. Com diálogo e negociação tudo se resolve. E o senhor tem um vereador, que eu chamo aqui novamente à atenção, que é o Eng. Carlos Santos, que tudo tem negociado, tudo tem dialogado com os Presidentes de Junta. E resolve aquilo que pode resolver. E o que é mais estranho é que o Senhor vereador até é profissional e tem uma formação de diálogo e de relações públicas.

Aproveito até para falar dos duodécimos. O Senhor Presidente da Câmara sabe tão bem como nós que os duodécimos foram um benefício dado às Juntas de Freguesia pelo senhor Prof. Celso, aqui presente, para apoio a actos administrativos — só assim as Juntas puderam admitir

peçoal. Neste momento que futuro está reservado aos trabalhadores das Juntas quando estes tiverem que trabalhar ou no seu orçamento a única receita que oferecem... Esta preocupação é baseada na proposta do Senhor vereador Pedro Ferreira. A proposta foi-nos apresentada assim: acabam os duodécimos, quem quiser receber os valores correspondentes apresenta obra fundamentada num projecto e orçamento. A Câmara paga 50%, as Juntas suportam 25% e os outros 25% seriam suportados pelos municípios! Isto é justo? Aonde é que a Junta vai arranjar receitas para suportar 25 ou 50%? Onde é que as Juntas vão ter coragem para pedir aos municípios que participem nos arranjos e nas obras? Já é mau o que acontece com os parómetros onde o valor devia ser canalizado para arranjo das vias e não ser canalizado para a empresa Moveaveiro.

O que mais estranhámos no meio disto tudo é o silêncio do senhor Presidente da Câmara! Tudo ainda pode ser remediado desde que haja vontade e acima de tudo vontade política. Termina esta minha intervenção na convicção que só a fiz pelo direito à indignação. Obrigado.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰¹³

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰¹⁴

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰¹⁵

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁶

“Em primeiro lugar os desejos de um Bom Ano, pessoal, a todos e não só nas questões pessoais mas nas outras também, embora sejam mais difíceis.

E relativamente a esta questão da Comunicação do Senhor Presidente, eu começava exactamente pela parte do fim que tem a ver com o que nos é referido — um aumento brutal das dívidas a terceiros de curto prazo, na ordem mais de seis milhões e quatrocentos mil (que é bastante significativo)? Tanto mais num executivo que tem mostrado preocupação com a dívida e que objectivamente não tem encontrado política para a trancar.

No montante apresentado de despesas correntes, apresenta-se o valor cinquenta e cinco milhões seiscentos e noventa e cinco mil, num total de despesas de cento e dezassete milhões e oitocentos mil — o restante portanto, são despesas de capital. No entanto este total de despesas correntes cinquenta e cinco milhões seiscentos e noventa e cinco mil, se nós repararmos é bem superior ao total das receitas, que são apenas de quarenta e dois milhões setecentos e quarenta e oito!? E destes quarenta e dois milhões setecentos e quarenta e oito, só trinta e quatro milhões oitocentos e cinco mil são de receitas correntes.

Por aqui podemos concluir que o combate à dívida, se há, se é que há, não está a produzir absolutamente nenhum efeito. Antes pelo contrário, estamos a aumentar sistematicamente a dívida e isto são números muito simples.

Depois é referido na Comunicação a centralização de todos os Serviços Municipalizados de Aveiro para Cacia. Achamos bem. Achamos muito bem que se faça esta descentralização dos serviços unindo-os, centralizando-os. No entanto é absolutamente necessário que o serviço ao utente seja praticado permanentemente em condições de fácil acessibilidade, pelo menos para a maioria dos utentes, na zona de maior afluxo deles mesmos. Por isso, só entendemos esta descentralização, desde que objectivamente se mantenha o serviço de atendimento ao cidadão, ao município, nas suas necessidades, numa zona central, inclusivamente na loja que já existiu, na loja do cidadão e que o próprio município seja atendido de modo a não ter que se deslocar de sítio para sítio, para o seu serviço.

Ainda sobre a Comunicação aqui tratada, não é referida nenhuma questão sobre um problema que agora é latente, que é questão por exemplo dos atrasos nos pagamentos dos vencimentos, subsídios de natal, aos trabalhadores da Moveaveiro. Inclusivamente na última reunião desta Assembleia tivemos trabalhadores da Moveaveiro que referiram a sua situação e a situação dos atrasos em termos salariais e achamos era uma situação que devia ser falada, tanto mais que o

Senhor Presidente da Câmara, se mostrou bastante compreensivo, relativamente portanto às reivindicações dos próprios trabalhadores, inclusivamente apontou que a situação seria resolvida a breve trecho. No entanto deparamo-nos esta semana com a manifestação dos trabalhadores em frente à Câmara Municipal, porque não tinham o problema salarial resolvido.

Penso e espero e questiono, que agora já esteja, no entanto continuo a dizer que é bom que tenhamos em conta que estão aqui em causa o bem-estar de famílias e pessoas. E mais, que eu me lembre, é a primeira vez que uma situação destas acontece no município de Aveiro.

Depois e secundando uma questão que aqui foi posta, mas porque há já novos desenvolvimentos — foi posta pelo Partido Socialista na última reunião, prende-se como é que está a questão do pedido de empréstimo no Tribunal de Contas?

E isto porque foram pedidos alguns esclarecimentos ao Executivo e há promessa de se responder até ao final desta semana ao que eu sei pelas notícias que têm vindo a público. Gostava de saber como é que está esta situação e efectivamente se há mais algum desenvolvimento para além deste que tem sido divulgado.

Por último e repetindo aquilo que de facto foi falado na última reunião, não só relativamente à Comissão Concelhia de Saúde, mas também estranhando as declarações do próprio Presidente da Comissão Concelhia de Saúde, que me parece de certa maneira não ter a compreensão perfeita do que é para que serve, a Comissão Concelhia de Saúde. Porque diz que ela não reuniu (pelo menos disse a um jornal e é isso que pese embora os descontos que devemos ter que dar sempre nas notícias), mas diz que, não reuniu nenhuma vez esta Comissão Concelhia de Saúde porque não havia novidades a dar. E que eu saiba a Comissão Concelhia de Saúde não existe para dar novidades.

Eu gostava também de saber do acolhimento que teve portanto a proposta de recomendação, que foi feita à Mesa na última reunião, no sentido de se propor portanto a que o Presidente desta Comissão Concelhia de Saúde, convocasse uma reunião da mesma e isto tanto mais que agora ultimamente (anteontem) acaba por falecer, perante o espanto geral, uma utente do Hospital de Aveiro, que já foi aqui referido pela bancada do PSD, e que vem de facto na sequência de toda uma política de saúde que se está a mostrar e que está a demonstrar que é prejudicial à saúde dos portugueses.

É obvio que o movimento do Hospital de Aveiro aumentou desmesuradamente e aumentou porque urgências (e não as de Anadia fecharam), nomeadamente a de Albergaria e a de Estarreja e o afluxo em alturas bastante mais debilitadas, que não tanto o caso de agora, tanto que se ouvimos a senhora Directora Clínica do Hospital de Aveiro, diz que este afluxo extraordinário nem se deveu tanto a gripes, deveu-se inclusivamente a outro tipo de sintomatologias mais graves do que a própria gripe, portanto não a consulta corrente mas a urgência mesmo.

Portanto perante esta situação, este fluxo, o que está a acontecer no Hospital de Aveiro é susceptível de voltar a repetir-se em outras alturas, o que pode de facto prejudicar de certa maneira o atendimento. É uma situação que aqui é preocupante e acho que é uma situação que deve ser esclarecida e que acho que competirá a esta Assembleia também colocar perante a Comissão Concelhia de Saúde.

Por fim, relativamente também à Comissão Concelhia de Saúde, gostava de saber exactamente do Executivo o que é que pensa fazer também sobre esta ausência de reuniões, sobre esta ausência de diálogo, sobre a Saúde em Aveiro, porque também o próprio Executivo tem um representante o Vereador Dr. Miguel Capão Filipe, na Comissão Concelhia de Saúde?"

Presidente da Mesa [uu](#)

“Senhor Deputado, como sabe esta Assembleia designou vários representantes seus, incluindo a Comissão Concelhia de Saúde. Não é a Mesa que tem de questionar a Comissão por que não

reúne. São os próprios membros a Comissão que têm essa prerrogativa e que a devem exercer. Não se compreende que uma Comissão com responsabilidade de acompanhamento, que é de prevenção e de prevenção dos problemas e dos impactos na vida as pessoas no que diz respeito aos cuidados de Saúde dos aveirenses não tenha uma reunião anual. Mas que não seja para fazer o balanço da situação dos serviços no concelho de Aveiro.

Por isso Senhor Deputado, quero deixar muito claro que a Mesa não tem de fazer nada a esse respeito. Quem tem de fazer é o Senhor Deputado, com todo o nosso apoio. É questionar o Presidente da Comissão Concelhia de Saúde, da razão pela qual não houve no ano de 2007 nenhuma reunião!”

Vogal António Regala (PCP) ⁰¹⁸
Presidente da Mesa ⁰¹⁹

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁰

“Na senda da esperança de Alberoni, também queria desejar a todos os representantes dos municípios um ótimo e feliz 2008. Com a certeza de que muito terão que fazer para nos auxiliarem, a ver se conseguimos nós próprios, aqui também e hoje já foi dada uma pequena nota, que eu quero ressaltar a seguir, mas antes de tudo, voltar a questionar o Senhor Presidente da Câmara.

O Prof. Élio Maia na última reunião deixou todas as questões para a sua Comunicação Escrita e não respondeu a nenhuma. Senhor Presidente serenamente percorri as quarenta e duas páginas, das quais vi vinte e nove dedicadas apenas à Cultura e ao Desporto (bom trabalho dos vereadores do CDS, que contribuem para o desempenho desta Câmara) e apenas doze referidas aos grandes problemas, da solução económica e da resolução do défice estrutural — e para os quais não vemos rigorosamente nada, da comparticipação por parte do PPD/PSD para a resolução desses nossos problemas.

Senhor Presidente, não vi uma única questão!?! Não vi um único lampejo, porventura, para que me responda sobre o problema de como é que poderia auxiliar o seu colega de executivo, quando utilizando os meios da Câmara, conforme lemos nas actas desta Assembleia, utilizando um pequeno peculato de uso e não realizou nenhuma tarefa no sentido de solidariamente o ilibar. E vive o Eng. Carlos Santos o labelo do peculato de uso, ainda hoje, porque vossa excelência não realizou rigorosamente nada.

Quero felicitá-lo porque verdadeiramente vossa excelência, hoje pela primeira vez, falou e assumiu o papel de Presidente de Câmara. Porque já lho dissemos aqui algumas vezes. A Câmara é representada em todo o local por vossa excelência e quando não fala e quando se omite, claro está, a Câmara inexistente na sua pessoa. E ficamos com a perplexidade se vossa excelência, durante todo esse tempo transformou o município numa grande freguesia e a Câmara numa pequena autarquia.

É que nós queremos e pensamos e os aveirenses exigem, que Aveiro se assuma no périplo das cidades europeias; e para isso requerem de facto que o seu Presidente de Câmara, não se assumia apenas e resumia a um pequeno Presidente de Junta.

Vossa excelência hoje falou e falou bem. Fez um resumo de tudo o que nos ditou. Concordamos com alguma parte daquilo que nos apresenta. Mas deixou-nos em absoluto constrangidos com o conjunto de documentos que deveriam alicerçar alguma das suas afirmações.

Passando em concreto, diz vossa excelência que as freguesias envolventes à zona onde irá ser implantada a unidade de tratamentos dos resíduos em Eirol, concretamente Freguesias de Nariz, Oliveirinha, se propõe a criação de duzentos novos empregos. Saudamos a criação de novos empregos! Mas gostávamos de ver uma palavra, uma palavra que fosse, simpática, para todos aqueles trabalhadores que aqui estiveram na passada reunião e que viram pelos vistos

postergadas as suas reais necessidades para o início deste ano. Mas queríamos também ver e saber, como é que (porque estava programada, lemos hoje) a vinda de alguns trabalhadores de uma associação desportiva que mantêm algum contencioso com a Câmara, relativamente a existência de problemas de relacionamento e de subvenção, que não são claros, e nós gostaríamos de reforçar de novo, e saber o que é o quê; o quanto dos quantos. Porque é necessário que a Câmara que quer pagar uma dívida tenha que saber qual é o valor exacto da dívida. Como se constituiu, como vai andando e como vamos resolvê-la. Porque não ficaria muito bem o Executivo ao receber nesta casa dois dias consecutivos problemas de trabalhadores, que não vêem o seu salário garantido por continuidade dos problemas da Câmara. E ficamos perplexos porque não vamos saber ou ficamos perplexos porque não saberemos, como é que vão ser. Nada está dito nem subscrito! Destes duzentos novos empregos a criar e agora pasmem-se não na Freguesia de Eirol, mas nas envolventes!?
Senhor Presidente de Eirol só lhe deixaram mesmo o osso, a carne limpa é para outro lado.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [021](#)

“Senhora Presidente, ilustre Presidente da Câmara, senhores Vereadores, dignos pares, eu iria aproveitar à semelhança de outros deputados municipais, que abordaram aqui a temática da saúde e uma vez que esta matéria me é cara, porque também eu sou membro da Comissão Consultiva do Hospital de Aveiro, eu queria aproveitar esta oportunidade, para informar a Assembleia, de que no relatório que elaborei relativamente ao ano transacto, dei a conhecer mais uma vez, que esta Comissão não reuniu vez alguma.

Fiz constar isso, infelizmente esta comissão, continua a ser uma comissão de fachada, mas quero aqui informar, que na sequência da triste e lamentável notícia, relativamente ao falecimento de uma utente naquele hospital e da abertura de inquérito que foi entretanto determinado pela Administração do hospital, irei comunicar e endereçar à comissão, neste caso à presidência da Comissão, uma missiva com vista a saber o porquê da falta das reuniões e por outro lado fazer um pedido expresso em nome da Assembleia, relativamente às conclusões finais e aos resultados do inquérito que agora foi instaurado. Portanto este era o primeiro ponto que eu queria aqui deixar.

Mas entrados no ponto concreto da comunicação do senhor Presidente, eu gostaria aqui desde já de assinalar a melhoria que desta comunicação transparece, desde logo não só pelo volume de páginas, estamos a falar de quarenta e duas páginas e em comparação, com aquilo a que nós estávamos habituados, pelo menos aqueles que aqui estavam no anterior mandato, em que as páginas pecavam por poucas e nesse sentido há que assinalar essa melhoria e contrariando as críticas gratuitas que muita oposição aqui deixa.

Bom, da comunicação em si mesma, eu gostaria aqui também de destacar, a iniciativa meritória e oportuna que já abordada, mas nunca é demais assinalá-lo, iniciativa essa que o executivo tomou no âmbito do processo de negociação do protocolo de instalação do Campus da Justiça e dos serviços públicos que ali se instalarão com o Governo.

Para nós é um exemplo que ilustra bem a abertura e o espírito dialogante deste executivo, a busca de soluções que interessam e são úteis aos aveirenses. Desse protocolo e do seu teor resulta que a sua construção, pelo menos esses serviços e do espaço onde esses serviços serão acolhidos, será finalizada previsivelmente daqui a quatro anos. Entretanto também é sabido, que durante a fase de construção, serão instalados no famoso edifício cor-de-rosa, o Tribunal Administrativo Fiscal e os serviços da justiça protocolados. Pois bem, como é sabido também daí resulta outra consequência, é a saída das associações daquele espaço para o convento das Carmelitas.

Senhor Presidente, eu tenho adiado a abordagem deste assunto, é uma proposta que já gostaria de ter feito há mais tempo, creio que é sempre oportuna e também creio que é chegado o

momento de retomar uma proposta, que já aqui foi feita por outros durante o anterior mandato. -Falo da demolição do edifício Fernando Távora.

Já por diversas vezes tenho falado com muitos munícipes e aveirenses, acerca da utilidade da estética e do sentido daquele edifício naquela zona da cidade. Tome a sério esta minha proposta, porque de facto nenhum desses munícipes e das muitas pessoas com quem tenho falado, tem dúvidas em afirmar, o duvidoso gosto e o sentido estético, daquele prédio naquele espaço da cidade, espaço esse que é nobre.

É caso para perguntar, qual é a ligação estética e arquitectónica daquele prédio, com o casario da Beira-mar e até mesmo da zona alta da cidade

Senhor Presidente, já imaginou aquela zona alta da cidade, contida em outrora dentro das muralhas medievais da cidade, o canal central e a beira-mar em plena harmonia estética e paisagística, sem a barreira arquitectónica que aquele prédio representa? Já se imaginou a bonita e ampla praça, que a cidade ganharia, com amplas vistas sobre o canal central, o casario da beira-mar e a ria no horizonte? Já imaginou ali uma nova varanda sobre a ria e a beira-mar, ladeada de relva, flores e árvores de sombra? Já se imaginou ali o novo espaço de lazer, de convívio e de passeio para os aveirenses e para os turistas que nos visitam? Já imaginou a valorização estética e urbanística que até mesmo o edifício dos Paços do Concelho, ganharia com a saída deste edifício?

É certo que actualmente o edifício tem uma função, eu espero muito honestamente que a proposta que eu aqui relanço, não é minha, não é da minha autoria, mas eu aproveito esta oportunidade, para a demolição daquele edifício, após a saída dos serviços da justiça. Que esta proposta mereça de vossa excelência a melhor atenção e sirva como um exemplo de dinamismo, de uma pequenina obra, que bem poderia ditar um novo movimento e pelo menos uma nova dinâmica no centro da cidade. Como alguém diz, pequenas oportunidades são muitas vezes grandes empreendimentos.

Bom, ainda dentro da comunicação, eu gostaria aqui de destacar mais dois factos, o primeiro diz respeito às comemorações dos feriados nacionais, neste caso o 5 de Outubro e da efeméride republicana, do Congresso Republicano. Eu quero dar os parabéns ao executivo, pela continuidade da comemoração destes feriados, mas também do próprio 1 de Dezembro, eu aqui quero deixar viva e expressa esta salvação, porque este feriado tem vindo a ser esquecido por todo o país e acho que é de louvar o esforço e a dedicação na manutenção das festividades deste feriado; e por isso mesmo e porque nós sabemos que é um feriado patriótico, e porque o patriotismo hoje está ligado ao futebol infelizmente e tão só, eu gostaria de propor a este executivo, que fosse dada idêntica dignidade e festividade, a tão importante data da nossa história.

O primeiro de Dezembro é de facto uma data assinalável e nesse sentido, eu gostaria que por exemplo, também um concerto musical e portanto a festividade musical fizesse parte da comemoração deste evento, se outros os feriados o têm, penso que este também o merece, fica aqui a sugestão.

Terminando porque já me alongo, gostaria também aqui de saudar o executivo no âmbito da elaboração desta comunicação, no concreto pelo relatório do contencioso interno. Há de facto uma melhoria assinalável, que se regista pela forma como os processos judiciais em que a Câmara é sujeito processual estão expressos e estão publicados. Penso que é mais fácil e mais perceptível sabermos como é que os processos se encontram, em que fase estão e qual será digamos, a sua evolução, em termos de desfecho final.

Será também possível através desta metodologia, também para o futuro, saber qual é o nível de litigiosidade da Câmara. Penso que até pelas datas que ali estão apostas e pela natureza dos processos, percebe-se de onde e de que mandato eles derivam e portanto é mais um facto a assinalar.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰²²

(Entrou na sala o Vogal Carlos Eduardo Maria Martins)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²³

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁴

“Começo por dizer que o Partido Socialista é um partido livre e aberto, em que cada um dos seus elementos é livre dentro e fora do Partido para expor as suas ideias, sem qualquer limitação. O meu camarada João Barbosa teceu considerações elogiosas ao Eng.º Carlos Santos que eu sublinho, dado ser uma pessoa que quando se lhe expõe um problema, se ele não o resolve pelo menos demonstra preocupar-se com ele. Por outro lado, o camarada António Rodrigues tem razões para criticar, e a Câmara deve aceitar isso com toda a naturalidade.

Seguidamente começo por repetir o meu camarada Carlos Candal; repito aquilo que ele disse aqui há uns tempos atrás: “a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara vem de dia para dia a melhorar”. Direi mesmo que não precisa de a aperfeiçoar mais. As páginas são mais e o conteúdo consegue criar o enredo que nos vai transportando para aquilo que o senhor Presidente pretende, conseguindo mesmo transformar um mosquito num elefante ou como um alquimista, transformar a matéria inerte em ouro! Penso ser uma estratégia interessante e não o condeno por isso. Pelo contrário, até aplaudo o esquema usado. Contudo o senhor Presidente terá de compreender que a solução de quem está na oposição não é deixar-se levar pelas palavras bonitas que transcreve e que tenta embriagar.

É natural que nas intervenções da bancada que apoia e suporta esta Câmara, saiam apoios, apoios incomensuráveis como o costume. Mas há aqui um pormenor, para ficarem uns tristes e outros alegres, já que da parte do CDS ou seja, o que se refere à cultura, saíram trinta páginas e da parte do PSD/PPD, apenas saíram doze, com o agravamento do défice da estrutura camarária. Já que foram eleitos para sanear e estão a agravá-la de dia para dia, a dívida.

Mas compreenderá Senhor Presidente que a oposição, tem o dever e a obrigação de despir esses bordados e fantasias, que podem ser bonitos, mas que escondem um corpo que vai nu. É preciso dizer que daquilo que foi transcrito, esqueceu-se de algumas coisas importantes, como por exemplo, se o empréstimo dos cinquenta e oito milhões, foi ou não aprovado pelo Tribunal de Contas e se este entretanto, até hoje, questionou alguma coisa. É que falou num empréstimo com tanta certeza, que o empréstimo pretendido se vai concretizar e a oposição e eu particularmente, tenho serias dúvidas dessa certeza.

Depois no meio de tanta cultura, esqueceu-se de falar no papel do Teatro Aveirense, que me parece estar marginalizado pelos aveirenses que se deslocam a Estarreja, para assistirem a programas culturais, que envolvem as populações dali e de outros concelhos, como é o caso de Aveiro.

Não falou do CETA e das suas tradições de longos anos, e que está em riscos de fechar, por falta de pagamentos de rendas e que é um pólo, este sim, de referência cultural para Aveiro.

Falou do PDA, mas não acrescentou o mau negócio que a Câmara fez com o parceiro Visabeira. Disse que os Serviços Municipalizados vão ter uma nova sede e com melhores condições em Cacia, mas não disse qual era o destino a dar às velhas instalações.

Portanto Senhor Presidente, a Comunicação está muito apresentável, mas está nua ou muito despida de conteúdo e penso que todos nós gostávamos de maior subsistência e de mais audácia quanto ao futuro.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰²⁵

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴²⁶

“Em primeiro lugar apetece-me, porque fica sempre bem e porque já o fizeram e a mim apetece-me particularmente, desejar a toda a gente que tenham um bom ano. Toda a gente, aos munícipes, à Câmara, à Assembleia Municipal, que tenham um bom ano. Nós dependemos muito (todos nós) disso e portanto é bom que nós todos tenhamos um bom ano.

Em relação à Comunicação e aquilo que foi sendo dito há dois aspectos que vale a pena realçar. A primeira questão diz a respeito aquilo a que eu chamo os sinais. Que sinais é que nos dão os tempos? Que sinais é que nos dão na passagem do ano os tempos? O que é que aconteceu? De facto, por um lado nós ouvimos as pessoas dizer que está tudo mais ou menos bem, mas por outro lado nós temos a sensação de que alguma coisa está mal, sistematicamente mal, o que é desagradável!

É desagradável nós ouvirmos falar por exemplo da acção da Câmara e ela tem prazos limitados para esta Comunicação, mas não termos dado importância, não ter vindo importante, como importante, esta ou aquela acção da qual resultaram sinais de desordem, como se costuma dizer. Ou seja, haver funcionários que se estão a queixar que não têm dinheiro, haver uma série de notícias sobre se privatiza ou não privatiza, se concessionaria ou não concessionaria os Serviços Municipalizados e ao mesmo tempo abrir nova sede em Cacia com outra centralização. Há um conjunto de sinais que são contraditórios e que introduzem no nosso campo a desordem.

A ideia que eu tenho é que eu gostaria que houvesse um certo equilíbrio e que nós pudéssemos confiar de que as coisas estão feitas, no sentido de resolver os problemas todos. E portanto à partida eu diria assim: se há desequilíbrio e se há sinais de desequilíbrio, nós devíamos ter esperança e esperar que as pessoas e que neste caso o Presidente da Câmara venha dizer – não, nós temos aqui alguns problemas, devia enunciar-los e nós vamos resolvê-los, estamos em vias de os resolver.

Só que do ponto de vista da Assembleia Municipal isto não se passa assim. Eu vou dizer o meu problema, o que é que me preocupa nisto, tem a ver com a questão da Câmara. A Câmara melhora em parte a prestação e isto não há aqui nenhuma hipocrisia nisso - nós devemos dizer que reclamámos, discutimos muito e eu particularmente critiquei o Presidente da Câmara por não ter feito política no sítio certo numa dada altura. Eu critiquei a Câmara por não ter defendido este ou aquele ponto de vista, do ponto de vista político. E acho bem que o Presidente da Câmara tenha vindo dizer qual é a natureza do relatório, porque é que faz esta comunicação. Deste ponto de vista, porque é que ela tem esta ordem, porque é que ela tem de certa maneira uma certa forma de estar, enunciado exaustivo de uma série de realizações, mas aqui neste caso, eu acho isso bem tudo, mas ao mesmo tempo estou mais ou menos desesperado, porque há coisas que se mantêm. Deixa-se de parte algumas coisas e outras são invariantes, por exemplo, eu não acho normal, que uma Câmara fale muito, exaustivamente de todo o “outsourcing”, que é aquilo a que se chama, nós falamos da actividade das diversas associações, de todas as associações, em pormenor, muito em pormenor, algumas delas sem ser, claramente da direcção da Câmara, falamos com muito pormenor, e ao mesmo tempo deixamos de lado, passamos ao lado de coisas que são importantes.

Bom mas neste caso o Presidente da Câmara tem razão, porque provavelmente o relatório não chegou, a data do relatório, não permitia dar os esclarecimentos, não está dentro da data. Mas neste caso, como nós estamos nesta passagem, valeria a pena dar esclarecimentos mesmo e portanto eu rogo outra vez, que se responda às perguntas que já fez o Regala, que fizeram várias pessoas todas seguidas e que se diga, esclareça isso, embora já esteja fora do prazo do relatório, da comunicação, mas esclareça, porque se não depois adiamos por muito tempo.

Portanto rogamos que de facto no que diz respeito ao empréstimo, no que diz respeito aos problemas, no que diz respeito mesmo à Instituição do caso salários em atraso, que se

esclareça isso, mesmo que isso esteja fora do prazo da comunicação, prazo da comunicação que era até ao dia 30 do mês de Novembro ou lá o que é.

Rogamos, que não se finja, não se mande para o futuro, um problema que nos inquieta a nós, que não sabemos quando é que vai ser resolvido de certa maneira, essa é a primeira parte.

Nós diríamos que é preciso enfrentar num dado momento, mesmo que seja a destempo, aparentemente legal, os problemas que temos para resolver.

Agora nós temos é um problema grave, do ponto de vista da própria Assembleia Municipal. Vamos ser claros, porque não é um problema de política municipal, são muitos problemas todos chegados. Houve grandes decisões de política a nível nacional e a nível regional que foram sendo tomadas e nós dissemos expressamente e estão aqui várias pessoas, está aqui o Coimbra, estão aqui várias pessoas, que souberam, que estiveram na reunião de líderes, onde nós discutimos, onde criticámos etc., onde nós tomámos consciência, de que as Comissões em que a Assembleia Municipal iria participar, não funcionava antes e nós criticamos isso violentamente de certa maneira. Nessa altura dissemos, que isso era mesmo muito irrazoável. Muitas delas não tinham reunido, tinha sido uma pouca-vergonha, nós aprovamos aqueles relatórios, que isso era até “imoral” e que não era bom para as pessoas que lá tinham estado, era mau para as pessoas que lá tinham estado nas comissões, porque não tinham feito nada, porque tinham sido impedidas de desempenhar o seu papel e agora, no momento em que há não sei quantas decisões de política nacional, no caso da saúde, etc., por falar no caso da saúde é o mais grave, nós chegamos à conclusão que tendo havido grandes decisões a nível da saúde, as comissões onde houve mais movimentação, não nos podem vir dizer nós participámos, nós percebemos a decisão, nós criticámos, nós fizemos isto, não! Vêm-nos dizer claramente que não tomaram quase posse. Tomaram posse, mas não fizeram nada, nunca foram convocados para reuniões etc. E isto claramente, vamos ser claros, não é um problema só das pessoas que lá estão, é um problema que nós tínhamos claramente visto antes, nós dissemo-lo antes. Dissemo-lo quando foi da nomeação, dissemo-lo a seguir e dissemos particularmente que nos casos em que havia muita complicação, por exemplo até havia muitos problemas de poder e falámos até, há problemas aqui que são muito complicados, até da Junta Distrital, é muito poder, muita coisa que está por resolver, em que as pessoas não tem posição nenhuma, porque não participaram em nada. Não participaram em nada! Estão aqui pessoas que sabem, que nós discutimos isso à unha, que era mau, era mau para nós todos.

E é pior ainda porque se passaram coisas muito importantes e nós estamos na mesma situação em que estávamos antes. Está ali “ele” que pode dizer, que nós discutimos muitas vezes os problemas da saúde e ficamos preocupados, por nunca termos participado nisso e vamos ser claros, este problema, não é um problema da Assembleia Municipal sequer, é um problema do próprio município, porque o município é responsável por intervir de forma política, sempre que um problema põe em causa, prejudica ou complica a vida dos munícipes, a que ela não pode ser alheia.

Portanto nós podemos e devemos mesmo nós todos, estar atentos a isso e pedir que a nossa participação seja considerada, porque nós fomos eleitos para isso. A nossa participação enquanto deputados municipais ou lá o que seja, tem de ser considerada, não pode ser depois a posição dos tipos que vão dizer: bom, os factos estão consumados; já foi; já era.

Eu estou convencido que a Assembleia Municipal não merece isso e para que isto seja um bom ano, eu preciso que as pessoas tenham consciência que a dignidade dos representantes no Hospital Distrital de Aveiro, na Comissão Concelhia de Saúde, etc., e em todos os lugares onde estão e nunca foram chamados a reunir, que seja claramente relevada, que lhe seja dado relevo e que nós todos exijamos, publicamente, que nós temos o dever, o direito e o dever, de estar nos locais para fazer o nosso papel de representantes dos munícipes, particularmente na Saúde, entre outras coisas, mas particularmente na Saúde, aí agora e é agora, não é amanhã, não é depois de amanhã, não é mais tarde, é agora. Nós temos de saber; porque mais tarde ninguém

vai saber se o Regala teve ou não teve opinião sobre aquilo. Não interessa nada! O que é verdade é que nós temos uma Comissão de que fazemos parte e isso deve ser claramente dito. Rogo de novo ao Senhor Presidente da Câmara que procure responder mesmo às questões que estão para além do prazo da Comunicação, de maneira a descansar as pessoas e nós podermos descansar bem.

Volto a dizer uma coisa - ali à maneira do Carlos Candal: é verdade que já aqui falei por exemplo que à volta do ISCAA estão feitas muitas “coisas para as cadeiras” etc., mas há um sítio onde há uma rampa e logo a seguir há um precipício (e até há no meio dos passeios às vezes muretes). O problema todo é que o Raúl vai de carro e nunca conseguiu tropeçar naquilo, mas eu tropeço. E portanto eu como o Carlos Candal, venho dizer que precisava que essas pequenas coisas que é só mandar abaixo sejam de facto feitas.

E eu já disse outra vez e volto a dizer, que isso nem é preciso nenhuma posição da Câmara. Eu acho que até é um coisa um bocado disparatada: então a pessoa que fez aquilo, que fez lá o passeio, não sabia que não podia deixar ficar o muro transversal ao passeio?! Eu não percebo isso. Eu acho que isso não pode ser responsabilidade da Câmara; eu não posso pedir responsabilidades ao Presidente da Câmara por isso. Eu acho é mal que seja possível fazer isso, porque não devia ser possível.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁷

“Muito obrigado Senhora Presidente. Se eu tivesse dúvidas de que o Bloco de Esquerda era diferente do Partido Socialista, penso que agora fiquei completamente sem dúvidas! Não há dúvida nenhuma. Porque é que eu subscrevo muitas das opiniões aqui trazidas pelo nosso colega Arsélio Martins. É bom, é bom que subscreva, porquê? É realmente uma vergonha e um atentado ao próprio socialismo aquilo que um Governo que se diz socialista e suportado pelos socialistas que também fazem parte desta Assembleia Municipal de Aveiro, acerca de políticas como por exemplo a política de Saúde, que neste momento bateu no fundo naquilo que a nós nos diz respeito a todos os níveis. E é preciso haver incidentes como aqueles que infelizmente aconteceram agora no início do ano, para mais uma vez e se calhar agora com mais veemência, podermos vir aqui denunciar mais uma vez esta situação.

É obvio que agora faz-se um inquérito e culpa-se um funcionário qualquer por negligência, porque realmente devia ter acudido aos doentes que chegam às urgências. O grande problema não é esse. O grande problema é a quantidade de gente que neste momento está a acorrer às urgências do Hospital de Aveiro, quando há uns tempos atrás não tinham que se dirigir para cá, porque podiam ser tratados em Albergaria, ou se calhar, como era o caso dessa senhora, podiam ser tratados em Estarreja, podiam ser tratados em Anadia, podiam ser tratados em muitos outros lados (ouvem-se vozes).

Isto significa que o Partido Socialista, este Governo socialista, está a privilegiar as clínicas privadas em Portugal. E isto não é socialismo coisíssima nenhuma. Isto é uma vergonha que se passa no nosso país, que se passa no município de Aveiro, do qual nós fazemos parte e do qual nós temos Comissões para as quais nós aqui elegemos representantes e mais uma vez eu recorro que na Comissão de Líderes tínhamos falado sobre isto.

Estas Comissões não funcionam. Este Governo não liga sequer às pessoas, não liga ao poder autárquico, não liga às Comissões. Este Poder central é autocrático demasiado e socialista demasiado, no mau sentido dessa palavra, para fazer aquilo que neste momento está a fazer e com o sofrimento de todos nós, munícipes aveirenses. E por isso o que aqui temos estado a ver é o socialismo suportado pelos membros desta Assembleia, que se dizem também socialistas e por isso eu acho que esta Assembleia não pode só lamentar. Esta Assembleia tem que ir muito mais longe. E eu proponho que esta Assembleia faça uma Moção e que vote uma Moção em que haja um lamento pelo não funcionamento da Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro, que haja

um lamento pelo não funcionamento do Conselho Geral do Hospital de Aveiro. Porque pelo menos nestes dois órgãos era importantíssimo nós, enquanto membros da Assembleia Municipal de Aveiro, ou os nossos representantes, pudessem ter uma palavra a dizer quanto mais não seja para também junto de nós pudermos vir transmitir aquilo que são as opiniões daqueles que nos gerem em termos de política de Saúde (o facto é que o Dr. Candal só gosta de ouvir aquilo que lhe interessa).

Bom, gostaria de realçar outras actividades do município porque o município de Aveiro não há dúvida que contra a maré daquilo que se passa a nível nacional, tem dado a volta. E estes últimos meses e este relatório do senhor Presidente da Câmara, mostram exactamente esta volta que se quer dar junto (finalmente) daquilo que podem ser actividades de muito interesse e de política para o nosso município de Aveiro. E isto tudo porque finalmente, finalmente, passados dois anos a IGF produziu o seu relatório. Dois anos! Finalmente produziu o seu relatório. E com ele, finalmente a Câmara pôde de uma maneira muito mais organizada pode pôr cobro a uma série de incertezas criadas pelo executivo anterior, quanto aos passivos de que realmente esta Câmara tem que fazer face. E este período, para além do relatório final da IGF, também há a destacar a oportunidade desta Câmara em ter aproveitado a operação de saneamento financeiro para que possa levar a cabo o pagamento de todas as dívidas e compromissos de curto-prazo, para com todos aqueles com quem privou em termos de negócios, em termos de apoios às diversas colectividades, às diversas entidades. Foi também neste período em que estamos a apreciar a actividade da Câmara, em que finalmente, foi dado um passo decisivo para melhorarmos a educação neste nosso município, para darmos cumprimento à Carta Educativa que nós aqui aprovámos.

Foi também neste período que finalmente demos um passo decisivo, em que estávamos num impasse que era, que destinos dar aos nossos lixos urbanos. Temos uma solução neste momento ecologicamente sustentável, economicamente equilibrada e que vai permitir que nos orgulhemos de ser um município de futuro, em que assumimos as nossas responsabilidades, cumprimos aquilo que prometemos. Por isso gostava só de finalizar cumprimentando a Câmara na pessoa do senhor Presidente, pelo excelente trabalho que tem estado a fazer à frente do município de Aveiro e que é um orgulho para nós como munícipes podermos continuar a colaborar para endireitarmos as contas e para continuarmos a viver em Aveiro, num município solidário, um município que é de todos. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa ⁰²⁸

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰²⁹

Presidente da Mesa ⁰³⁰

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) ⁰³¹

Vogal Sergio Loureiro (PPD/PSD) ⁰³²

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³³

“Começo por salientar o momento deprimente passado há momentos nesta Assembleia.

O Sr. Deputado António Coimbra de uma forma inqualificável procurou tirar dividendos da morte — dividendos políticos da morte de uma pessoa no Hospital de Aveiro. É indigno e execrável! Esqueceu-se do tempo em que a Sra. Ministra da Saúde Dr.ª Leonor Beza deixou morrer aquela gente toda acolá em Évora, que faziam as diálises; esqueceu-se do tempo, em que se adquiriu para o nosso país sangue contaminado; esquece-se desse tempo e até se esquece do tempo em que haviam Ministros que diziam que deviam ser tratados os cadáveres para se lhe tirar o alumínio. Esqueceu-se disso! Reciclados os cadáveres para retirar o alumínio. Esqueceu-se! – Não era uma anedota; há coisas com as quais não se deve nunca

brincar, nem utilizar na política. É a coisa mais reles que há é utilizar o sentimento das pessoas, a morte de uma pessoa, em termos políticos.

Sra. Presidente, como a Senhora disse, não agrada a Gregos e a Troianos. Eu não sou grego nem troiano – olhe, nem gosto da história! Porque primeiro fala de uma rainha que fugiu ao rei, ao Menelau, e depois fala também dos feitos do Rei de Ítaca, que é um nome que aqui em Aveiro não vale a pena dizer quando se fala de feitos.

Bem, o que eu queria dizer à senhora presidente, é que se se cumprir aquilo que é normal, é natural que esta Assembleia, ou melhor, a senhora presidente hoje teve certamente a noção, - enfim se quiser apreciar os factos, do que pode acontecer, com a marcação atribularia dos horários desta Assembleia. A Senhora Presidente quando se lembrar de marcar outra Assembleia assim lembre-se também de primeiro garantir o quórum. Porque de facto é à maioria que compete garantir o quórum; e lembre-se de outra coisa Senhora Presidente, este ponto da ordem dos trabalhos pode chegar às dez e meia, e é o prazo se fosse cumprido o limite normal que está estabelecido no Regimento da Assembleia para isto. Imagine: ir comer às dez e meia, uma hora e um quarto como foi na outra sessão, regressar aqui às onze e meia; alguém vai regressar para discutir mais um ponto Senhora Presidente? De alguma forma são tudo posições irreflectidas que normalmente resultam em gastos supérfluos para o município.

Um aspecto que eu gostaria de falar é de duas inverdades que o Senhor Presidente da Câmara aqui disse. Mas penso que não o disse de má fé; disse-o de boa fé. Mas eu gostaria de o corrigir até para ele no futuro não repetir isso.

Em primeiro lugar afirmou que tomou conta da Câmara “esgotada a capacidade de endividamento” - não é verdade! Desde o tempo que tomou conta da Câmara, até Dezembro desse ano, a Câmara tinha capacidade de endividamento que era de 82,5% tomada, porque ela é contada tendo em conta o início do ano.

Em segundo lugar o Senhor Presidente disse agora - “só agora é que foi possível apresentar este pedido de empréstimo” - não é verdade! Faz no dia 15 deste mês, ou seja, daqui a dez dias ou coisa do género, um ano que a lei está em vigor. Portanto poderia ter sido muito antes apresentado. Eu sei que às vezes se confunde porque Lisboa só apresentou agora também, mas lembrem-se do processo todo, eleitoral, e de degradação da Câmara de Lisboa que existiu e que conduziu efectivamente neste momento, também, a que fosse necessário um empréstimo deste tipo e se calhar bem, porque se calhar tivemos sorte. Porque se calhar é à boleia deles que vamos ter o nosso aprovado, e muito bem.

Mas não consta que quem degradou assim as finanças da capital tivessem sido os Socialistas. É preciso não ter dois pesos e duas medidas; é preciso olhar para estas coisas de uma forma séria, que é coisa que muitas pessoas desta Assembleia não fazem.

Por exemplo, gostaria também de ter uma palavra para o Sr. Deputado Rocha Almeida, que disse aqui “que a oposição se fartou de explorar esse problema da dívida de curto-prazo”.

Não é verdade senhor deputado! O Senhor compreendeu mal e é por essas compreensões más que às tantas este empréstimo que todos desejamos e que eu desejo ardentemente, ainda acaba por ser negado. Eu vou-lhe dizer porquê: - porque se de facto o aumento da dívida se deveu a uma circunstancia excepcional, de uma inscrição de dívida, ainda não tivemos essas explicações. Mas vamos supor que aconteceu e eu dou isso de barato, deveria haver essa explicação ao lado. Porque se houvesse alguém do Tribunal de Contas que lesse aquilo, ficasse ciente que aquilo não se deveu a um agravamento por causa do défice mensal; do défice que efectivamente e infelizmente continua a existir nesta Câmara.

Espero que hoje o Senhor Presidente nos informe de facto se houve algum pedido de esclarecimento adicional do Tribunal de Contas e quando foi feito este pedido — e se já foi respondido. Se é coisa que se possa saber ou não ou se é segredo de estado. E também já deve vir preparado para nos dizer quais são as dívidas da Câmara e da EMA ao Beira-mar. Compreendo que não me tenha querido responder, mas hoje passados que são o tempo

suficiente, uma semana, certamente, que já lhe deram essas informações da Câmara, terá as informações directamente, certamente, como Presidente do Conselho de Administração da EMA, já solicitou aos funcionários para eles lhas dizerem.

Duas coisas que tenho aqui para falar, muito simples, mas que de alguma forma me sinto, me fazem apoucar como aveirense. São duas coisas de cinco tostões, como se costuma dizer. Uma é o protocolo da Pista de Atletismo de Aveiro; outra é o pagamento das rendas do CETA. Se calhar a Pista de Atletismo de Aveiro, como se sabe a Câmara cessou o protocolo que tinha um protocolo anual de vinte e cinco mil euros da Pista de Atletismo, endossando todas as responsabilidades à Universidade de Aveiro.

É de facto, penso eu, e dir-me-ão se é mentira, o equipamento desportivo que mais é utilizado por associações, por crianças, por escolas, etc., desta cidade.

São vinte e cinco mil euros por ano! Não são quinhentos mil euros como o protocolo da EMA com o Beira-mar, são vinte e cinco mil euros. Por amor de Deus!

Do CETA já aqui foi dito: - é um por cento! Com um por cento das verbas que são gastas ou são transferidas para o Teatro Aveirense resolvia-se o problema do pagamento das rendas do CETA.

Deixo à consideração do Senhor Presidente e dos outros membros do executivo municipal que me parece que é de tal forma deprimente para o orgulho aveirense, que certamente irão reconsiderar nas medidas tomadas.

Uma nota final, e finalmente é uma nota de parabéns ao trabalho do executivo que nem tudo tem sido mau, e essa nota é de que de facto ao ler esta Comunicação do Presidente da Assembleia Municipal verifiquei com alguma alegria que a Câmara até ao momento já cumpriu quarenta e dois mil setecentos e noventa e oito mil euros do Orçamento de cento e noventa e dois milhões!? Já só faltam para o mês de Dezembro os outros cento e cinquenta. Estamos no caminho certo. A Câmara está efectivamente o no caminho certo; não só no desendividamento, como também no cumprimento do Orçamento que aqui foi aprovado para o ano passado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Hoje e no período da Comunicação de Sr. Presidente vou falar naturalmente de Saúde, tema que como já se aperceberam me é querido e que me diz muito, devido à minha formação pessoal e profissional, como alguns sabem eu sou Enfermeiro no HIP no serviço de Medicina que é um serviço onde estão essencialmente doentes de idade avançada e numa fase difícil do seu percurso de vida, estou neste serviço e não num mais dinâmico ou tecnologicamente mais apetrechado porque gosto de trabalhar com idosos com problemas de falta de saúde, trabalho também na Viatura Médica de Emergência e Reanimação do INEM situada no Hospital de Aveiro o que me dá um conhecimento objectivo do que eram os SAPs e algumas Urgências de alguns Hospitais.

Depois desta pequena introdução Sr. Presidente a sua comunicação no que toca ao item SAÚDE diz pouco ou muito pouco, e perante isso gostava de lhe perguntar como estão as obras a fazer pelo Governo nas Extensões de Saúde de São Bernardo, Cacia ou como vão as obras no novo Centro de Saúde de Esgueira, aqui garantidas em Setembro de 2006 pelo ainda e pela 2ª vez Coordenador da Sub Região de Saúde de Aveiro, como está a funcionar a USF de Santa Joana aqui garantida pelo Director do Centro de Saúde de Aveiro e também Administrador dessa nova unidade? Gostava de saber Sr. Presidente porque é que os doentes de Santa Joana não passaram ainda a ser atendidos nas novas instalações, será que é porque a USF ainda não está em condições de abrir, mas as instalações são para a USF ou par os utentes nomeadamente para os de Santa Joana que já deviam estar a ser atendidos nas novas instalações, e como sabe Sr. Presidente tudo o que se disser em contrário é pura demagogia dos administradores da USF.

Por outro lado a abertura desta USF que todos os habitantes de Santa Joana anseiam mas que os Médicos desta nova unidade é que estão a emperrar porque querem as instalações para a USF e não para os doentes ou habitantes de Santa Joana, por outro lado a abertura da USF de Santa Joana vai trazer para Santo Joana 2 Médicos da Extensão de Cacia e um de Nossa Senhora de Fátima, com a importância dada pelo Ministério a estas novas unidades que pouco trazem de novo, Nossa Senhora de Fátima fica sem Médico e Cacia pode fechar.

Mas à mais com a abertura desta e de mais outra USF em Aveiro e com o numero de doentes exigido para estas unidades pudesse vir a colocar o problema de Cacia, Esgueira e mesmo São Bernardo não terem razão de existir e se calhar é por isso que no PIDACC deste ano para as unidades de saúde de São Bernardo, Cacia e Esgueira como sabe Sra. o Governo Socialista guardou ou atribuiu ZERO euros.

Sr. Presidente da Câmara afinal quem é que está em incumprimento? A Câmara Municipal de Aveiro ou o Governo Socialista?

Agora vou abrir um bocadinho o tema falar de Saúde local e também geral espero a anuência da Sra. Presidente e a condescendência do deputado Pires da Rosa sempre tão zeloso do regimento mas penso que o tema e a oportunidade merecem alguma abertura do próprio regimento.

Não vou falar do campeonato das Associações de Bombeiros sobre os filhos da estrada mas posso dizer que esta semana houve mais 2 partos na estrada e como na bola a Figueira da Foz passou à frente de Resende com mais um filho da estrada, neste Campeonato a Naval vai à frente.

Mas queria falar sobre o fecho de todos os SAPs e de algumas urgências e em primeiro lugar queria dizer que o actual Ministro da Saúde que já foi Ministro no tempo do 1º Ministro António Guterres publicou um livro cujo título era uma questão URGÊNCIAS? Onde abordava a quantidade e a qualidade técnica e científica das nossas urgências, é um livro referencia e de grande qualidade técnica e orientadora, mas do qual o actual Ministro da Saúde só retirou o item FECHAR, FECHAR e ENCERRAR., e não retirou todos os outros itens que possibilitavam o fechar e encerrar das urgências más e dos SAPs sem qualidade.

Para o PSD esta reforma da Saúde não está correcta nem a ser levada acabo da melhor maneira, não assenta em estudos feitos e apresenta-se sem critérios onde o que interessa é fechar e encerrar.

O correcto seria fazer um estudo e encerrar as urgências que não ofereciam qualidade suficiente para se manterem abertas e em relação aos SAPs estes deveriam ser alvo de um estudo de proximidade e de distancias a outros centros de atendimento para se criar uma rede de serviços de urgência e de SAPs de qualidade localizados em localidades estratégicas para o País ficar ser servido por uma rede de unidades de saúde capaz.

Portanto fechar os serviços de Urgência sem qualidade e criar novos serviços em centros de Saúde com mais qualidade, apetrechando tecnicamente e formando o pessoal destes serviços, pois o que está a ser feito é o fecho pelo fecho sem nenhum sentido ou estratégia, Em Aveiro e para as pessoas de São Jacinto fechou-se o SAP da Murtosa, a Urgência de Ovar e a de Estarreja, são 55 KM em situação de urgência é longe de mais, uma destas unidades devia ser melhorada e não todas encerradas.

Em relação ao ultimo caso ocorrido no Hospital de Aveiro e não entrando em pormenores, esteve mal a Directora Clínica quando refere que se calhar a doente foi mal trída pela Enfermaria pois lemos na imprensa que a doente foi trída com uma bracelete cor amarela que pressupõe ser atendida no prazo máximo de uma hora e após quase 4 horas ainda não tinha sido atendida logo é um problema de organização de serviço e não de triagem como diz o Exmº Sr. Bastonário da Ordem dos Médico

A Ordem dos Médicos em comunicado responsabiliza o Governo e o primeiro-ministro pela morte de uma idosa no Hospital de Aveiro, atribuindo a situação à sobrecarga da urgência.

"Que fique bem claro que a responsabilidade do que se passa no terreno é da errada política de Saúde do Governo.

É ao primeiro-ministro José Sócrates que devem ser imputadas responsabilidades", afirma José Manuel Silva, o bastonário em exercício, em comunicado.

"Tal como a Ordem dos Médicos tem insistentemente chamado a atenção, as urgências hospitalares estão a funcionar para além do limite das suas capacidades para atender os doentes, com qualidade, humanidade e rapidez. É óbvio, portanto, que a responsabilidade do que aconteceu não pode ser imputada ao Hospital de Aveiro e aos seus profissionais de saúde", defende.

A doente deu entrada no hospital pelas 14:00 e, na fase de triagem, foi-lhe atribuída a cor amarela, pelo que teria de ser observada por um médico no espaço de uma hora. Quando finalmente ia ser observada por um médico, pelas 17:45, três horas e 45 minutos depois de ter dado entrada, estava morta.

O bastonário em exercício salienta que a Ordem "tem denunciado as dramáticas consequências para o Serviço Nacional de Saúde e para os doentes do estranhamente acelerado encerramento dos recursos disponíveis para o atendimento de proximidade em situações de urgência/emergência".

Para José Manuel Silva, "não é possível continuar com mais encerramentos e devem ser reabertos alguns dos locais já encerrados, até a lenta reforma dos cuidados de saúde primários produzir alguns efeitos", bem como se concretizarem outras medidas como alargar a reforma dos cuidados continuados, ser conhecida a rede de emergência pré-hospitalar e a rede de referência das urgências ser divulgada e operacionalizada."

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁵

Vogal Santos Costa (CDS/PP) ⁰³⁶

Presidente da Mesa ⁰³⁷

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos ⁰³⁸

"Senhora Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores deputados. Eu creio que a linguagem tem limites e creio que há expressões que se não devem tomar e ter. A arrogância não faz sentido, acho que é exagerada e creio que a paciência tem limites. Também já não tenho idade para ouvir determinadas coisas. Eu sou uma pessoa que posso olhar para o espelho e ver-me e não me sinto mal com isso e não sei se todas as pessoas o podem fazer. O Dr. António Rodrigues acusou-me de ter cometido um crime de peculato porque eu utilizei o meu endereço electrónico da CMA para enviar um e-mail a um jornalista cujo conteúdo se relacionava com uma questão de política municipal.

Ele já tinha feito esta alusão numa outra assembleia municipal, deixei passar. Desta vez usou o meu nome, acusou-me de peculato.

Sabemos que um crime é uma conduta muito grave e para pessoas de bem a acusação de terem cometido um crime, é a pior acusação que lhe podem fazer.

A afirmação que fez, revela uma grande ignorância em matéria jurídica, não sabe o que é um crime de peculato. Não tem obrigação de saber, é médico não tem obrigação de saber. Eu procurei informar-me. A utilização que fiz do e-mail da CMA não causa nenhum prejuízo patrimonial, sendo que a ocorrência desse prejuízo patrimonial é um elemento indispensável para qualquer crime de peculato. Mas para além desse não existem quaisquer outros indícios que integram o crime de peculato.

O que já é pacífico na doutrina penal é que alguém com manifesta má fé, como é o seu caso Dr. António Rodrigues, ao acusar outra pessoa de prática de um crime, está ela própria a cometer um crime grave contra a honra de outra pessoa.

As suas afirmações são públicas, não terei qualquer dificuldade em provar em Tribunal a sua culpa pela prática de um crime de difamação agravada, por ser caluniosa e pública. Provavelmente, encontrar-nos-emos em Tribunal. Eu peço-lhe que não me dirija mais a palavra nos termos em que o fez. Posso dizer-lhe que me posso ver ao espelho e nem todas as pessoas o podem fazer.”

De seguida, a Presidente da Mesa⁶² interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar.

SEGUNDA PARTE

Pelas 23:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Miguel de Almeida Dias, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, José António Tavares Vieira, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, António Bastos Marques Rodrigues, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António dos Santos Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Sesnando Alves dos Reis, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e João Alberto Simões Barbosa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 23:00 horas).

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁶³

“Senhora Presidente, fazendo o difícil exercício de falar depois do jantar, começo por desejar Bom Ano a todos.

Começando então por responder a algumas das questões que foram colocadas — a maior parte das intervenções do Partido Socialista e do PCP, situaram-se em relação à questão do aumento da dívida de curto prazo no último trimestre. Eu gostava apenas de vos transmitir aquilo que diz na página 41 da Comunicação do Senhor Presidente - “continuam a ser analisadas, validadas e posteriormente contabilizadas as situações apuradas pelas auditorias efectuadas ao grupo municipal”.

Eu julgo que isto serviria para explicar aquilo que se tem passado ao fim destes meses, depois de recebermos as duas auditorias. Todo o processo como sabem não é fácil de validação interna. Uma série de facturas e de outros documentos que estão a ser analisados pelos nossos serviços, uma vez que foram correctamente identificados como sendo dívidas, as mesmas estão a ser obviamente contabilizadas após a validação dos respectivos serviços, da prestação dos serviços efectuados. Este valor substancial refere-se em grande parte a uma dívida que tinha sido já feito um acordo de pagamento, inclusivamente, na altura do anterior executivo, mas nunca tinha sido processada e refere-se nomeadamente à questão da SOMAGUE e de alguns autos, nomeadamente, relativos à remodelação, reconstrução, como queiram chamar dos Paços do Concelho e da zona envolvente ao novo Estádio. Faltam ainda (e para ser o mais preciso possível) analisar alguns autos, que estão dependentes de decisão do conselho superior de obras públicas, uma vez que o processo não terá sido devidamente construído inicialmente ou não terá correspondido aos trâmites legalmente impostos na altura.

E portanto mais uma vez transmitir-vos, é um trabalho que tem sido feito. Tecnicamente tem sido acompanhado pelos técnicos da Câmara para que a contabilização e, como sabem está incluído no próprio plano de saneamento, a correcta validação de toda a facturação que estava pendente. Isto em relação a esta questão que foi colocada por vários deputados do Partido Socialista e também do PCP.

Em relação à questão da Capitania, foi colocada pelo deputado (não está presente) de qualquer maneira explicar que a questão do elevador e da cadeira elevatória, deve-se a um facto muito simples: a obra da Capitania como sabem a empresa que tinha sido adjudicatária faliu. Recebeu da Câmara aquilo que tinha a receber, quer por acordos, quer também por acordos em Tribunal. A empresa que fazia os elevadores ou que procedeu à maior parte do trabalho no elevador e da cadeira elevatória, era um subempreiteiro. Como sabe, nós pagamos ao empreiteiro e o empreiteiro é que faz esses pagamentos.

Neste caso e para tentar ser o mais específico possível a Câmara ainda na altura do anterior executivo fez o auto definitivo da obra e nesse auto definitivo vem que quer o elevador, quer a escada, funcionavam!? E portanto não está aqui a pessoa que fez a resposta se calhar poderia elucidar uma parte jurídica, mas a verdade é que a empresa para concluir os trabalhos exigiu algo que a Câmara já tinha pago ao empreiteiro.

Portanto aquilo que este executivo propôs, foi preparar um processo de aquisição de um elevador, daquilo que é a parte interna, porque como sabem estão lá as portas mas a parte interna falta. E a questão da escada penso que só faltará uma chave. Decorre um processo interno para averiguações de porque é que o auto foi um auto definitivo, quando de facto a obra não foi concluída. Isto para explicar e para as pessoas perceberem porque é que as coisas às vezes não funcionam, há questões legais e há questões de procedimentos.

Em relação à questão que o deputado do PCP colocou relativamente aos SMA's. Disse que era uma descentralização. Eu acho que é uma centralização. Estamos a centralizar os Serviços Administrativos junto à parte operativa. Permitam-me então que discorde nessa parte e elucidá-lo quanto à questão do que é que se vai passar. Há a centralização efectiva dos Serviços. Vai ficar a funcionar um gabinete de atendimento onde é hoje a fábrica Campos, será no Gabinete de Atendimento Integrado, na Câmara que ficará a funcionar uma dependência dos Serviços Municipalizados para fazer toda a parte do front-office dos próprios Serviços.

Em relação a questão do célebre plano B que foi aqui hoje referido pelo deputado Pires da Rosa e na última Assembleia pelo deputado Raúl Martins. Explicar claramente aquilo que eu disse, que era para ver se todos nos entendemos. Foi-me perguntado em termos orçamentais se aquela receita se não se verificasse o que é que aconteceria? Eu disse que uma das opções, uma vez que é uma receita de capital, receitas de capitais, um dos exemplos é a venda de terrenos. Também seria uma receita de capital, portanto por ai tudo bem. Em relação à questão de planos B, ou planos C, porque é que é mau nós termos planos B's? Eu acho que nós temos

que estar sempre preparados para tudo e portanto isso não significa que nós não tenhamos plena confiança naquilo que nós fazemos.

Em relação a duas questões que foram levantadas, em relação às inverdades, primeira questão que tem a ver com a capacidade esgotada da Câmara Municipal. Se nós repararmos no relatório do IGF página 65, nós verificamos que a capacidade de endividamento está esgotada nos anos 2004 e 2005. Se repararmos no relatório da AUREN, na página 114, informa que a capacidade, pela Lei, estaria em 90% em 2005 ou 99% do limite legal. Na página 113 a 69% ou a 198%, sendo que 69% seria o limite legal e na página 112 a 99% do limite legal e a 257% pela questão da análise dos números, como sabem há muitas questões excepcionais.

Portanto aqui quando se quer falar correctamente sobre as coisas, se nós formos ver pela Lei, já uma vez eu referi aqui, nós pela Lei os empréstimos que foram efectuados e os leaseback's para a construção do Estádio não contam para a capacidade de endividamento. De facto temos que os pagar, mas não contam. E portanto é importante referir essas questões quando estamos a analisar tudo.

Em relação à segunda inverdade. Em relação à questão do empréstimo. É verdade que nós podíamos ter em Janeiro deste ano pedido um empréstimo de saneamento pela nova Lei das Finanças Locais, mas eu acho que as coisas devem ser feitas correctamente. Nós, e peço desculpa de discordar disso, acho que o plano de saneamento está bem feito, foi feito pelos técnicos da Câmara, acompanhado por mim certamente, mas não fui eu que o fiz, foram os técnicos da Câmara, julgo que está bem feito o plano e que está apoiado em uma auditoria pelo menos. E é importante quando nós apresentamos algo ao Tribunal de Contas, apresentar algo que foi feito também exteriormente, não foi só validado por nós.

E também queria dizer uma coisa. O empréstimo de saneamento também podia ser pedido pelo executivo anterior e não foi pedido; já se encontrava descrito na Lei.

Em relação aos esclarecimentos pedidos, solicitados pelo Tribunal de Contas, claramente e correctamente: discriminámos claramente a questão porque é que defendemos que é um desequilíbrio estrutural e não conjuntural; e as segundas questões são várias questões. Pedemos para discriminarmos claramente as dívidas de cada credor por factura e um contrato assinado pelas duas entidades ou seja pela Câmara Municipal e pela Caixa Geral de Depósitos.

Portanto como vêm não há nada a esconder, é tudo muito transparente. O tratamento está a ser dado às coisas não é preciso andarem a fazer alaridos; as coisas estão a ser bem acompanhadas.

Uma última questão, que é a questão da pista de atletismo. O Senhor deputado fez algumas afirmações, muito cabais, para aquilo que eu tenho conhecimento do processo em si. Se na sua opinião a pista de atletismo é tão importante para o município de Aveiro, não percebi esses vinte cinco mil euros!? Tantos protocolos foram cumpridos no passado porque é que esse foi deixado de ser cumprido? E deixe-me dizer-lhe isto: eu não concordo com a sua afirmação de que é o equipamento desportivo em Aveiro com maior utilização ou se é dos maiores para utilização, não tenho essa perspectiva. E portanto também lhe posso dar um último dado que é interessante para análise. E não estamos aqui a discutir protocolos com outras entidades. Mas quando existem protocolos de utilização e levarem depois dinheiro aos utentes, acho que não é correcto. Mas tudo bem se é algo que foi em determinada altura apresentado à Câmara, a Câmara deliberou, e portanto podemos em relação a isso estar descansados. Julgo que a maior parte das questões que foram colocadas, respondi.”

Vereador Miguel Capão Filipe [412](#)

“Senhora Presidente, Senhores deputados, desde já votos de excelente ano de 2008 e procurando responder às questões no meu âmbito, no que diz respeito ao CETA. A dívida ao

CETA está incluído precisamente no empréstimo de modo que com a aprovação do empréstimo será resolvido.

Uma vez que estamos a falar do CETA, permitam-me também relevar a relevância desta instituição para a cidade, bem como a sua sede. Temos acompanhado a actividade, da qual muito nos orgulhamos, por exemplo posso dizer, não desmerecendo qualquer outra peça a que assisti, provavelmente das melhores peças de 2007, que tive oportunidade de assistir foi “O Auto da Prima Vera” uma peça que pela sua interactividade, quer pelo seu espírito satírico, foram cerca de duas horas, que se ocorrer uma reposição desta mesma peça, desde já convido as senhoras e os senhores deputados a assistirem a isto mesmo, do melhor que se faz neste país! No que diz respeito à dívida aos Serviços Sociais da Universidade, ela mesmo, designadamente ao apoio alimentar aos alunos do PALOP diz respeito, também deve estar contemplada neste pedido de empréstimo, pelo que a sua aprovação colocará em dia e regularizará esta mesma dívida. A propósito desta mesma circunstância, permitam-me agradecer ao senhor deputado socialista que em boa hora levantou esta questão, porque nem de propósito e por coincidência no dia seguinte, tínhamos de facto a carta dos Serviços Sociais da Universidade de Aveiro a referir-se a esta mesma problemática. E por isso o nosso bem-haja, o nosso agradecimento, por referir aqui esta questão. Porém os Serviços Sociais da UA de Aveiro, obviamente que também transmitiram na sua carta que de modo algum fariam a suspensão do apoio alimentar, antes pelo contrário, obviamente que ocorreu a continuidade desse mesmo apoio alimentar. De qualquer dos modos, os nossos agradecimentos por essa futurologia que em boa-hora foi aqui referida.

O ponto 3, em relação ao senhor deputado Dr. Candal. Agradecer as palavras, no que diz respeito ao evento “Aveirenses Ilustres”. De facto este é um primeiro ciclo de aveirenses ilustres a que se sucederão outro ciclo de conferências, isto não é só uma conferência, é uma conferência de quinze em quinze dias e durante esses quinze dias o Museu de Cidade vive essa mesma personalidade aveirense, quer designadamente à custa da exposição, de pertences associados a essa personalidade. Portanto não é um ciclo que se encerre e se encerra com a palestra, que se inicia na palestra e há uma vivência do Museu da Cidade, dessa personalidade ilustre aveirense até aos quinze dias seguintes. Este primeiro ciclo vai conduzir a abertura oficial do Museu da Cidade, que porém tem neste momento um preâmbulo que é “Aveiro - objectos que fazem história”. Convido já agora senhoras e senhores deputados a visitarem essa mesma exposição e que culminará com essa mesma abertura oficial em 2008; e estamos a preparar os duzentos e cinquenta anos de elevação a cidade, como acontecimento âncora em 2009, e por consequência outros ciclos destes e outros tipos de actividades, em que vamos viver com todo o orgulho Aveiro, ocorrerá também até o iniciar oficial destas mesmas comemorações.

A propósito, sendo o evento âncora os duzentos e cinquenta anos de elevação a cidade, há em 2009 por coincidência todo um conjunto de eventos, inclusivamente aquele referido aqui, no que diz respeito ao CETA e os mil e cinquenta anos de referência a Aveiro etc. etc., o nascimento do José Estêvão, os duzentos anos etc. etc.

Senhor deputado Miguel Fernandes, de referir o seguinte: compreende-se quem aqui defendeu que aquele largo ficaria melhor contemplando o Canal Central, mas penso que, enfim, não é esse o objectivo. Agora se tivesse construído uma casa em adobe, de autor desconhecido poderia aqui ser repensado. O que aconteceu foi que se colocou ali aquilo que se veio a verificar e nos últimos anos de maneira mais assertiva, uma verdadeira referência da arquitectura contemporânea portuguesa. Designadamente com o desaparecimento de Fernando Távora, corresponde a um edifício da primeira fase do autor. Imagine-se um edifício de arquitectura como uma obra de pintura a óleo por exemplo, em que determinado tipo de autor tem diferentes fases da sua criatividade e nós temos uma autêntica pérola de Fernando Távora, que passou através dos tempos, desde os tempos da sua edificação até aos tempos de hoje,

inclusive para além de uma pérola de edifício, é o ex-libris nacional de uma das fases menos conhecidas Fernando Távora. O próprio mobiliário, a mesa, as cadeiras, etc., foram desenhadas pelo próprio autor. Por consequência tendo nós esta pérola, felizmente que as gerações não podem prosseguir com determinada genética, que ainda hoje, não devia caber na história de Aveiro, como foi por exemplo a perda de determinado tipo de edifícios, a não ser, como foi o caso das muralhas em que estava em causa a navegabilidade e a saúde da população aveirense e foi uma situação de último recurso.

Por consequência o meu aconselhamento, a decisão é de todos nós, é que se não houver perigo de encerramento da Barra de Aveiro e necessidade de pedra para essa mesma abertura da Barra de Aveiro, não se coloque fim ao edifício Fernando Távora.

Por último, uma questão de saúde. A Comissão de Saúde é criada por um determinado tipo de articulado e é no âmbito dos cuidados de saúde primários, da responsabilidade por consequência do Centro de Saúde de Aveiro, cujo Presidente é por inerência o senhor Director Geral do Centro de Saúde.

Desde já uma palavra de reconhecimento de que o Centro de Saúde de Aveiro e designadamente a sua Direcção, são provavelmente os Centros de Saúde de referência, em termos de cuidados de saúde primários. Com certeza que não o terá feito voluntariamente, mas até pelos acontecimentos entretanto ocorridos, seguramente que o Senhor Director já terá na agenda marcado com a maior brevidade possível uma reunião com a Comissão Concelhia de Saúde, por todas as razões e subscrevo e designadamente também o nosso obrigado ao senhor deputado Regala, por ter levantado esta mesma circunstância e ainda em melhor hora do que aquilo que julgaria, porque a verdade veio a dar razão uns dias seguintes.

A questão do problema do Hospital Infante Dom Pedro. O Hospital Infante Dom Pedro, quer-se queira, quer não, serve meio milhão de habitantes. Esta região é mais ou menos trezentos e cinquenta mil habitantes, eu recordo que os utentes do Centro de Saúde de Aveiro apesar de termos setenta e cinco mil habitantes é superior a cem mil utentes. Este Hospital - temos meio milhão de habitantes, que é coberto pelo Hospital Infante Dom Pedro de Aveiro. Vamos supor que um destes doentes tem uma doença aguda. O bem n.º 1 é a Saúde, se tem uma situação de sintomas agudas precisa que lhe prestem os necessários cuidados; e então o sistema nacional de saúde proporciona dois tipos de cuidados: os cuidados de saúde primários e ou os cuidados de saúde hospitalar. Existem dois tipos de rede: a rede de cuidados de saúde primários e a rede de cuidados de saúde hospitalares.

Por consequência o doente tem febre, tem uma situação aguda e como debelar o seu sofrimento? Ponto 1, é recorrer à rede. É-lhe implantada uma rede de cuidados de saúde primários. Isto implica uma rede de cuidados primários a funcionar, seja anteriormente por SAP's, porque a febre não escolhe uma consulta, não escolhe uma marcação, seja através de um Serviço de Atendimento Permanente ou seja através de outro tipo de sistema, como se agora falará, mas ainda não implementado das Unidades de Saúde Familiares, em que tem o telemóvel ou a disponibilidade do médico, como noutros países, do seu médico de família, telefona e diz – estou com febre, pode vir ao domicílio? Posso ir ter consigo? E esta rede de cuidados de saúde primários funcionou para este sofrimento agudo de um destes meio milhão de habitantes.

Portanto essencialmente é preciso ter uma rede sobre o utente a funcionar na sua plenitude.

Porém, entretanto pode necessitar de cuidados de saúde hospitalares e aí entra uma rede de cuidados hospitalares, em que o médico de família não resolve quer com os meios, quer com os recursos, o sofrimento deste doente. Entrando a rede de cuidados hospitalares, o que foi aprovado recentemente são três níveis de tratamento: a unidade básica, que tem determinados meios, que eram os hospitais por exemplo de Estarreja, de Anadia, etc. etc., ou a unidade médico-cirúrgica, que é o nível do Hospital de Aveiro; ou então o nível de unidade polivalente, que infelizmente para a região deste meio milhão de habitantes não tem nenhum.

Portanto o meio milhão de habitantes que aqui vive não tem desde logo o topo da pirâmide; não tem uma unidade polivalente, tem uma médico-cirúrgica e tem uma básica. Ora a básica serve para quê? Tem maior proximidade, tenho febre, vou ao hospital com a unidade de urgência básica e ele resolve-me e se não resolver e verificar que a minha doença é mais grave, transfere-me para o patamar diferente e leva-me para a unidade médico-cirúrgica, que neste caso é o Hospital Infante Dom Pedro. Se o Hospital Infante Dom Pedro verificar que a situação é extremamente grave e não tem equipamento ou especialista, manda para a polivalente que no nosso caso ultrapassa a hora, a hora e meia, e se o doente começar na unidade básica, estamos a duas ou três horas — vai para a médico-cirúrgica, transfere não transfere, vai para a polivalente. Portanto temos meio milhão, desde logo, meio milhão de habitantes órfãos de estar a uma hora, a tal hora, hora e tal, de estudos objectivos da unidade polivalente.

Mas não diferente desta região de Aveiro, com meio milhão de utentes, o que verificamos é o seguinte: é que o hospital polivalente em principio o que é que faz? É uma unidade básica, para aquela área onde não ocorreram a unidade básica, isto é por exemplo para o concelho de Aveiro, onde se tem um hospital básico e um médico-cirúrgico. O médico-cirúrgico, para além de ser um médico-cirúrgico recebe os que querem recorrer à unidade básica, como recebe as transferências das básicas. Se nós fecharmos unidades básicas, o Hospital de Aveiro, cuja urgência é moderna e das melhores do país, fica de serviço não só para as transferências das básicas existentes, como fica a ser o hospital básico para onde ele não existe. E aquilo que se verifica e qual é o actual estado da situação? É que há uma insistência economicista em determinado tipo de circunstâncias e de objectividade: ponto 1. - Sem a rede de cuidados primários a cobrir a necessidade aguda deste utente estar devidamente amadurecida ou sequer pensada. Acabaram-se os SAP's, está-se a implementar as USF's, mas o utente que tiver febre, a nível dos cuidados primários, a não ser ir ao hospital, é muito difícil que a rede de cuidados de saúde primários resolverem-lhe o problema. Portanto ele automaticamente está com febre, vai logo escolher a rede de cuidados hospitalares. Ao escolher a rede de cuidados hospitalares, tem uma ou duas coisas, ou vou ao hospital de proximidade - que até me dá segurança, o tal hospital básico que está aberto 24 horas, ele vê-me e se estiver grave transfere-me, se não houver, então vai ao médico-cirúrgico. Porque bem eu estou com febre, os cuidados primários não me resolvem, não tenho um hospital básico (porque mo fecharam), vou ao médico-cirúrgico e então o que é que temos? Temos de repente a unidade médico-cirúrgica a receber mais de quinhentos doentes por dia, a confundir muitas as vezes, a atropelar ligeiros médios e graves, e volto a referir que é dito entretanto que este estudo de redes de cuidados hospitalares foi exímio e objectivo; mas este mesmo parecer técnico, objectivo diz por exemplo, que se calhar Estarreja não tem justificação porque o médico-cirúrgico de Aveiro, pode ser o básico de Estarreja, passo a expressão, porque está há meia hora, é o mesmo que na dita região centro, autoriza que duas unidades polivalentes sejam separadas por um quilómetro, os Covões e os HUC, ou seja, se há critérios objectivos e tecnicamente e cientificamente verdadeiros, é verdadeiro para fechar Estarreja ou Anadia, mas não é verdadeiro, para se ter a coragem por exemplo de dizer que Coimbra pode ter os HUC mas os Covões fecha e a polivalente passa para Aveiro.

E é isto que verdadeiramente aqui está em causa e em boa hora, nós Câmara Municipal de Aveiro, na altura de consulta pública e há mais de meio ano, quando passou aqui pela Assembleia Municipal, fizemos uma carta ao Ministro, porque isto tem que ter uma solução e a solução imediata é: ponto 1 – assumir que Aveiro, tendo graças a Deus, uma urgência recém inaugurada, das melhores do país, é uma médico-cirúrgica; mesmo que não se queira frontalmente fazê-lo evoluir para polivalente, que se faça médico-cirúrgica com maior numero de recursos humanos, logo no imediato, porque o que é que significa? Significa que meio milhão de habitantes da nossa região de Aveiro, por exemplo falou-se aqui na especialidade de medicina interna, tenha dois especialistas para quinhentos doentes dia, tenha dois especialistas

de medicina interna de dia e um à noite, pode haver algum reforço interno de especialidade ou etc., e para o mesmo número de doentes, porque quinhentos e tal doentes, é o mesmo número de doentes dos HUC, haja mais de vinte ou mais de trinta internistas de dia e dez à noite. E portanto, enquanto acontecer, para o mesmo número de doentes, porque nós atingimos, como sabem, esta é uma das minhas causas, porque sou profissional de saúde, há mais de dez anos que ando a proferir que o Hospital de Aveiro deveria evoluir para polivalente. Mesmo na questão económica, eu refiro que o Orçamento de Estado, designadamente na parte da Saúde é quase 100% de colecta de impostos e admito perfeitamente que o terceiro ou o quarto lugar de colecta de impostos que é o distrito de Aveiro, que faça com o espírito de subsidiariedade, subsidie a existência em regiões mais empobrecidas de outros tipos de equipamentos, mas pelo menos que deixem o aveirense, que é o terceiro ou o quarto a pagar impostos, a ter cuidados de saúde, porque a Saúde é o bem n.º 1. Sim senhor, subsidiamos as regiões mais pobres, mas também façam porque trabalhamos para isso, de termos recursos humanos e equipamento adequado. E portanto aqui o que está em causa e no imediato, são recursos humanos e equipamento adequado, mesmo que ainda não se pense em mudar de nível, porque acho que Aveiro exige o nivelamento polivalente, mas mesmo se não ocorrer isso, é em 24 horas reforçar-se os recursos humanos e algum equipamento, de determinado tipo de especialidades, que nunca existiu em Aveiro, como a neurocirúrgica — e devia existir. Porque volto a referir, a mesma pessoa que faz estes critérios, nesse plano, aprovou duas polivalentes separadas por um ou dois quilómetros, portanto isto não tem sentido.

E para terminar esta minha intervenção, a minha preocupação na área da saúde, quando falamos aqui em cuidados de saúde primários, articulação etc., o que saiu na comunicação social esta semana, foi a extinção da Sub-região de Saúde de Aveiro. Esta extinção é de facto - falou-se aqui em moção, eu não sou deputado, mas provavelmente deixo a reflexão às senhoras e senhores deputados, uma moção com muito mais referência seria questionar o porquê da Sub-região de Saúde de Aveiro. Eu passo a explicar, mesmo admitindo num país que tenha que haver agrupamentos em regiões de saúde, Aveiro tem Centros de Saúde e Hospitais, por exemplo o de Santa Maria da Feira, curiosamente também atingiu há poucas semanas os quinhentos doentes dia, só que não há um polivalente no distrito de Aveiro. Nós temos equipamento, recursos humanos, hospitais e centros de saúde, com massa crítica para termos uma região de saúde de Aveiro. Não era extinguir a sub-região de saúde de Aveiro, era valorizá-la com região de saúde de Aveiro, porque na altura em que, seja a ARS Centro, a gerir os nossos recursos, como enfim, é agora anunciado, nós vemos historicamente, como é que a ARS Centro distribuiu os recursos de Orçamento de Estado da Saúde, que lhes chegam da Administração de Lisboa. Sabemos que chega ao Centro e sabemos o que é que acontece quando chega ao Centro e isso acontece.

Isto vem a propósito, já agora, a talho de foice, que nós estamos a ver passar pelos nossos olhos o fim do distrito de Aveiro e aqui também faço um apelo, porquê? Por esta neo-regionalização em curso está tudo sem darmos conta, a ser, enfim feito por NUT's, NUT's III ou NUT's II. O distrito de Aveiro é o único distrito de Aveiro que tem duas NUT's partidas a meio, em que uma NUT III vai para o Centro e outra NUT III vai para o Porto, não nos é perguntado e no mínimo devíamos estar todos a lutar que pelo menos as duas NUT's III, estivessem na mesma região ou no Norte ou no Centro para manter alguma unidade no distrito de Aveiro. Estamos a ver passar semanalmente meio distrito para o lado Sul, meio distrito para lado Norte, semana a semana.

Preparem-se daqui a poucas semanas, as denominadas plataformas da Segurança Social e assim sucessivamente e então eu temo que este Governador Civil em exercício, que chegue ao fim do seu mandato e que o distrito não seja mais do que uma rede virtual ou uma network e já com tudo dividido em NUT's e cada uma para seu lado. É dos poucos distritos que é fracturado a meio e também faço aqui um apelo a talhe de foice da saúde, porque estamos a pagar

precisamente na NUT III e a meter para o centro e a ir buscar também a outra NUT e a meterem-na na ARS Norte e a sub-região, siga, que alguma coisa tem que ser feita ou então admitimos que daqui a dois anos, o distrito de Aveiro, o que é apetecível neste país interessa dividir, porque o forte é que mete impressão e o que é que está a acontecer? O distrito de Aveiro é bom? Esta metade é para mim! Hei pá, esta metade é para mim? Saúde, Segurança Social? Esta metade é para mim e está isto está a acontecer ao nosso olhar, ao nosso olhar, senhores deputados!”

Vereador Carlos Santos ⁰⁴³

“Senhora Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados, senhores munícipes, comunicação social, aproveito para cumprimentar todos e para desejar um Bom Ano a todos e tocar aqui nalgumas questões, que eu acho que merecem alguma resposta, porque houve intervenções de muito interesse, umas elogiosas, outras menos elogiosas, eu só vou procurar responder às questões que levantaram.

O Dr. Pires da Rosa, que eu gosto de ouvir, falou sobre o mercado Manuel Firmino, tal como hoje falou o deputado Rocha de Almeida e a Dr.ª Ana Seíça Neves, questões diferentes, todos questões diferentes. O Dr. Pires da Rosa, disse que a Câmara que tinha dado bolo-rei no Mercado Manuel Firmino e que era uma pena, se de facto esta acção, não fosse uma acção concertada, alargada e concertada. Caro Dr. devo dizer-lhe, que nós fizemos esta acção de bolo-rei e fizemos nos três mercados, no mercado de Santiago, no mercado do peixe e no mercado Manuel Firmino. Sim, não foi só um mercado, fizemos essa acção em todos os mercados e tenho que lhe dizer, que o senhor Presidente da Câmara e eu andámos nos mercados todos e que essa acção correu muito bem, mas o que é importante é o espírito de colaboração que houve, o espírito de colaboração que houve entre as padarias que nos dão bolo-rei, eu tenho que lhe dizer que só em Santiago gastaram-se trinta bolos-rei e foi oferecido tudo pelas padarias, o nosso pessoal também andou envolvido e isso correu bem. E tenho que lhe dizer que nós já antes tínhamos feito o São Martinho, o dia da castanha, tínhamos feito isso também e agora porque os talhos já estão no mercado, nós vamos fazer no dia 12 de Janeiro de manhã, vamos fazer uma prova de carnes no mercado também, para fazer sentir à volta do mercado que de facto, o mercado está praticamente completo e que as coisas estão a correr. A ideia é clara, pretende-se chamar as pessoas ao mercado, pretende-se incutir nas pessoas o espírito de antever às compras aos mercados, pretende-se investir e rentabilizar os investimentos realizados nos últimos anos, nos diversos mercados.

O João Rocha de Almeida, levantou a questão, que o mercado Manuel Firmino meteu água. É evidente que meteu água, anteontem choveu muito e lá pela granja meteu um bocado de água, é um problema da junção, nós já fizemos um reparo ao empreiteiro e creio que isso que se resolveu e que não se voltou a repetir.

A Dr.ª Seíça Neves, eu creio que o Dr. Pedro Ferreira lhe passou isso, ele é que é o Presidente da Moveaveiro, nós alugámos o parque de estacionamento, quem o explora é portanto a Moveaveiro e na realidade aquele sistema que lá está não é o melhor sistema. Foi um sistema barato, mas de facto não é o melhor sistema e não é um sistema muito prático, o ideal seria que nós o corrigíssemos, o melhorássemos, porque o parque de estacionamento está jeitoso, mas isso de facto precisava de ser melhorado.

O deputado Orlando Terra Seca, levantou aqui um conjunto de questões interessantes, questões que têm a ver com as Barrocas e coma Ilha do Canastro. Nós há tempos fizemos uma intervenção na Ilha do Canastro e demoliram-se lá umas casas, em colaboração com a Junta de Freguesia e isso correu muito bem, limpámos toda aquela zona. Há um problema realmente numa vala hidráulica, nós fizemos intervenções nessa vala hidráulica em Maio e Outubro. Depois esteve falado, eu fui lá ao local e de facto não havia lixo na vala. Há ali um problema, há ali uma zona que precisa (nas traseiras de uma oficina e de uma casa de habitação, que dá

um bocado a imagem de abandono e nós precisamos ali de derrubar umas árvores de fruto, sem grande valor e precisamos de pedir ali apoio para fazer ali uma melhor intervenção.

Falou no problema das moradias na Travessa dos Senhores das Barrocas, 2 e 4. Falou, nós já falámos com o proprietário dessas moradias, e estamos a ver se vai existir aí uma demolição; se ele faz a demolição ou se ele nos autoriza a fazer a demolição. De qualquer forma esta ali um problema social um bocado complicado porque já ali está gente a habitar aquela casa, e esse é um problema social que realmente precisa de se resolver.

Hoje falou-se aqui muito também na Avenida. A Avenida é evidente, todos sabemos como está a Avenida, todos sabemos o estado, como estão os passeios, todos sabemos os problemas, - o Dr. Candal levantou uma série de questões que têm a ver com a sinalização, bem levantadas. O que nós desejamos, e o senhor presidente tem dito isso claramente, o que nós desejávamos era fazer uma empreitada e resolver todos os problemas dos passeios que nós temos na Avenida, que temos nas freguesias da Gloria, temos nas freguesias da Vera Cruz.

Portanto, é verdade, a falta de meios realmente é uma preocupação grande, e era bom que isso corresse bem, para nós termos meios para trabalhar.

O Senhor Presidente de Junta, o Sr. João Barbosa, falou aqui na questão da falta de diálogo com as Juntas, e falta de apoio às juntas.

Bem, nós sobre as GOP's, nós fizemos quatro reuniões com as juntas; nós começamos a falar no dia 20 de Outubro com as Juntas: em S.ta Joana; falamos em Novembro em Aradas; Falamos também na Gloria e depois falámos com a Câmara.

As Juntas sabem, que na câmara têm sempre uma porta aberta; e também sabem e isso não há junta nenhuma que possa dizer o contrário, que em termos de fornecimento de materiais, nós demos no ano que acabou, e no ano passado, mais materiais às juntas e isso vê-se nos relatórios e pode-se quantificar, que desde 2003 não se dava tantos materiais às Juntas. E nós, devemos dizer também, em abono da verdade, que nós não privilegiamos juntas, nós tentamos tratar as juntas todas da mesma forma, porque as juntas não são todas iguais, há juntas com muita população, com muita área, há juntas mais pequenas, mas tentamos trata-las com esse cuidado e respeitando esse aspecto.

Gostaria também de referir aqui um aspecto que é: - "as dívidas às juntas"; a Câmara nunca disse que não devia dinheiro às juntas: a câmara deve dinheiro às juntas, também deve dinheiro às associações, também deve dinheiro aos clubes, e a câmara só se sentirá bem, quando tiver meios para resolver essas questões."

Presidente da Câmara [uu](#)

"Florentino Marques: Oficina do Desporto. Tem toda a razão ao colocar este assunto ou chamar à atenção para ele. Tem sido um trabalho notável que tem sido aqui desenvolvido, não tanto até pela dimensão desportiva, mas pela dimensão social em termos de integração, em termos de socialização, têm feito um trabalho exemplar e essa referência serve aqui para destacar, relevar e elogiar todos aqueles que no dia-a-dia trabalham por aquele projecto.

Dr. Jorge Nascimento: parceria para a Carta Educativa. Agradecer-lhe a reflexão que fez, o lugar em que colocou a educação.

Campus da Justiça: é o mesmo, em referência à centralidade de Aveiro, este equipamento reafirma isso mesmo, essa centralidade.

Rocha de Almeida; Parque Desportivo de Aveiro. Como está no relatório, nestes três meses, foram adquiridos mais dezasseis terrenos o que é excelente. Foi recebida uma primeira resposta pela CCRDC muito positiva, no âmbito do RECAP em que já conseguimos ultrapassar 95% das 121 medidas de minimização exigidas, mas as coisas estão passo-a-passo, estão a ir sempre, estão a ir bem.

Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico. Na última reunião de Câmara, penso que foi na última ou na penúltima, mas numas das últimas reuniões de Câmara, foi aprovada a

localização, a utilização do solo, que no PDM é agrícola e florestal, para poder ser construída a unidade.

Carta Educativa, a questão da parceria público-privada. Já forma publicados, e por isso é público também, no Jornal das Comunidades e no Diário da República a abertura do Concurso; estamos a aguardar que nos cheguem, que nos seja apresentadas as propostas, penso que é agora em Fevereiro que acaba o prazo.

Em relação ao projecto PARES - área de Acção Social. Esta é uma forma de termos um concelho mais inclusivo. E o projecto PARES muito embora tenha passado despercebido, aqui e em muitos locais, terá sido das coisas mais lindas que aconteceu no concelho nos últimos tempos. No fundo direcciona-se para as pessoas que mais precisam.

O Sr. João Barbosa não está.

Dr. Miguel Fernandes: obrigado pelas palavras que teve em relação ao Campus da Justiça.

Em relação à demolição do Edifício Fernando Távora provocou aqui quase um terramoto (ia sendo demolida a Capitania com essa proposta). Mas só para aproveitar, para dizer que estamos a preparar, não tem nada a ver com o edifício em si, mas para aquela zona que também é importante, estamos a preparar um concurso de ideias para a zona da Praça General Humberto Delgado; Praça Melo Freitas, toda aquela envolvente, a ver se nos surgem ali algumas ideias interessantes, brilhantes, para aquele espaço.

Quanto ao 1 de Dezembro ficou aqui a sugestão ao cuidado do Dr. Miguel Capão Filipe.

João Carlos Valente: agradeço as suas participações. Há duas questões às quais eu não sei responder — às árvores cortadas na Avenida da Oposição Democrática e a questão da EMA. Não lhe sei responder a esses assuntos, vou procurar obter informação depois eventualmente trocaremos informações sobre o mesmo.

Quanto à Luzostela: o que é que está previsto? Quem é que vai pagar isto? Penso que é público esse assunto. Há cerca de ano e meio que andamos a acompanhar esta questão da Luzostela, a primeira dificuldade que encontramos foi o facto do proprietário original ser o Estado, através de umas das empresas que o Estado tem; quando algo é do Estado é sempre complicado lidar com o processo. Iniciámos contactos, nesses contactos resultou que a avaliação do preço exigido pela gestão era um preço muito elevado, quatro milhões de euros, não havia hipótese nenhuma de podermos pegar naquele assunto e então articulou-se a realização de uma hasta publica pela própria empresa. Ela foi feita. Houve um privado que adquiriu a Luzostela, neste momento é de um privado.

Nós há cerca de três semanas demos uma informação prévia para o local. Há cerca de duas realizamos uma vistoria ao local e informamos o actual proprietário de que terá que demolir o prédio. O processo está agora a decorrer e estão a preparar esse processo de demolição, e aguardemos que seja para breve, e naturalmente quem vai pagar é o privado que comprou aquilo.

Prof. Arsélio. “Rogo ao Sr. Presidente da Câmara”, não tem nada que rogar. Nós temos sempre todo o gosto em dizer aquilo que sabemos e além do gosto é um dever. Mas mais que o dever é, temos muito gosto em dar essa informação — e também agradecer a reflexão global que nos trouxe aqui.

Agradecer também ao Prof. Manuel António as palavras que naturalmente nos alegraram e responsabilizaram, e que aqui proferiu também.

Dr.ª Ana Maria Seíça Neves, em relação às GOP's. Tivemos uma participação de cerca de trinta cidadãos. Mas mais do que as trinta isto vale por um caminho que se começou agora a percorrer que é um caminho que não é fácil de percorrer, mas que vale a pena ser percorrido. Demos o primeiro passo e como diz o provérbio chinês: “todas as grandes caminhadas começam por um primeiro passo”. E esperemos que este seja um primeiro daqui que já foi pedido internamente aos serviços, foi que nos apresentem um Plano para que dentro de dez

anos nos possamos ter aqui implementado na totalidade este Orçamento participativo. Dez anos parecem muito tempo, mas eles passam rapidamente e iremos lá chegar depressa.

Habitacões sociais. Ainda não se iniciou formalmente o processo da alienação de habitacões sociais. Estamos ainda a ultimar as últimas questões legais - como sabem é uma complexidade medonha para conseguirmos fazer uma coisa tão simples como isto, mas estamos a ultima-las para avançar nesta área que nos parece também muito importante.

Quanto ao contencioso a questão que colocou, desconheço também completamente a situacão e vou também averiguar aquilo que se passa em relacão a este assunto.

Sérgio Loureiro, agradecer-lhe a participacão. Quanto à não comemoracão da Passagem de Ano, creio que há coisas que sem explicar estão explicadas; penso que este é um dos casos de porque é que não houve essas comemoracões. Também em relacão aos Aveirenses Ilustres e também formular idênticos votos da relacão EMA/Beira-mar.

Dr. Raúl Martins, penso que estará aqui em causa a questão da EMA/Beira-mar e Câmara. Vamos tentar fazer uma síntese deste processo (isto dava para uma assembleia e não sei se uma assembleia inteira chegaria para este assunto). A Câmara ao longo dos anos assumiu com o Sport Clube Beira-mar (Câmara/EMA) assumiu um conjunto de compromissos que passamos a enumerar:

Há um protocolo de 26 de Setembro de 2001 entre a Câmara e o Sport Clube do Beira-mar. Nesse protocolo a Câmara comprometia-se a construir uma sede ao Beira-mar e a ceder o direito de propriedade sobre o respectivo terreno. Ia ceder ao Beira-mar no prazo de seis meses os terrenos necessários para a instalacão de um novo pavilhão desportivo (isto em Setembro de 2001). Depois há um protocolo de 09 Setembro de 2003, entre a Câmara e o Sport Clube Beira-mar, em que a Câmara se compromete a fazer uma avaliacaão das bem feitorias que tiverem sido efectuadas pelo Beira-mar no antigo estádio Mário Duarte, com a finalidade de determinar o montante de indemnizacão a que o Clube terá direito, a pagar em dinheiro ou em espécie, através da doaçã em pagamento de um terreno. E reafirma, umas palavras mais à frente, aquilo que já havia sido assumido no protocolo de Setembro de 2001; que é a questão do espaço edificado e de um terreno com capacidade de construçaão no centro da cidade para a instalacão da nova sede do Beira-mar e a prever uma área de construçaão no terreno onde actualmente está o pavilhão do Beira-mar, e a disponibilizar um terreno para a construçaão de um novo pavilhão.

Com a mesma data de 09 de Setembro de 2003, entre a EMA e o Sport Clube Beira-mar, é assumido em síntese (que o protocolo é extenso) o compromisso de pagar ao Beira-mar 500.000,00 € por ano, até 2023, o que perfaz 10.000.000,00€. E ainda mais, construir e ceder ao Beira-mar dois campos relvados (um sintético e um em relva), mais um campo pelado; mais três campos para futebol de iniciaçaão. No total são seis campos de futebol. Podemos escalonar estas três situacões em três áreas para visualizar melhor. Primeiro as dívidas que o universo municipal tem com o Sport Clube Beira-mar. E em segundo lugar, os compromissos que estão assumidos e assinados entre as partes. E em terceiro, duas ou três questões que eventualmente são até mais importantes do que esta questão das dívidas e dos compromissos.

Quanto a cada uma destas situacões quanto às dívidas.

A dívida da EMA ao Beira-mar, em 31/12/2007, é de cerca de um milhão e duzentos mil euros. E mesmo que se consiga anular o compromisso que a Câmara tem de construir a sede e o Beira-mar fique na mesma com o apartamento que tem e não se construa sede nenhuma, mesmo assim, temos de pagar a renda da utilizacão da fracçaão que temos feito ao Beira-mar, e essa renda é de cerca de 10.000,00 €. Estamos a falar aqui em 1.300.000,00€ total das dívidas que existem neste momento ao Beira-mar.

Quanto aos compromissos deliberados e protocolos assinados.

Benfeitorias no Estádio Mário Duarte; são naturalmente estimativas porque não temos números finais, apontamos para cerca de 400.000,00€ num total de benfeitorias que a Câmara

assumiu e que o Beira-mar terá realizado no estádio Mário Duarte antigo. Tenho o terreno para a construção do pavilhão que estimamos também em 400.000,00€ e temos a construção de seis campos de futebol (que eu há pouco referi) que não terão um valor inferior a 1.750.000,00€.

Isto é, dívidas, temos cerca de 1.300.000,00 €, de compromissos temos cerca de 2.600.000,00€ e estamos a falar de 3.900.000,00€.

Terceiro aspecto — clarificação que se exige que para nós é ainda o mais importante deste processo. Primeiro (são quatro questões): temos que legalizar, actualizar e clarificar o protocolo assinado em 3 de Julho de 1991 para a utilização e gestão do complexo das piscinas. É que neste momento o edificado é do Beira-mar e o terreno é da Câmara. É o Beira-mar que gere todo aquele espaço desde 1991, e é a Câmara que suporta uma parte das despesas — isto urge clarificar. Ou fica para a Câmara ou fica para o Beira-mar — as coisas a meio nunca dão bom resultado.

A segunda questão que importa clarificar: de quem é o Estádio Mário Duarte antigo? É da Câmara ou é do Beira-mar? (Neste momento até é de uma instituição bancária como sabem). Nem é de um nem é de outro. Como sabem também temos um Plano de Pormenor para o estádio; temos diversos lotes para a construção e para venda, e esta questão não está muito clara. E se nós formos ler algumas actas das reuniões de Câmara do início da década de noventa, encontramos lá muitas abordagens a este assunto do estádio e fica ali um pouco suspensa esta questão. E além do mais, tendo nós aquele espaço lá para alienar, temos lá um inquilino e como toda a gente sabe um inquilino nunca faz aumentar o valor do que lá está; pode criar dificuldades. Portanto é importante também que aquela questão do estádio seja claramente definida em relação ao estádio velho.

Outra questão que é importante é que o município consiga encontrar uma solução para estancar este compromisso de nos próximos dezoito anos ter de continuar a pagar quinhentos mil euros por mês. Tem de ser encontrada aqui uma solução. Estamos a falar em cerca de 9.000.000,00€ e tem que ser encontrada aqui uma solução entre ambas as partes para que isto se possa estancar.

Por último temos também uma outra questão. Temos que rentabilizar o investimento que nós todos fizemos de 60.000.000,00€ naquele Estádio e aquele Estádio tem que estar mais rentável. Estes são os factos que têm que ser de forma irrecusável o suporte e o ponto de partida para procurarmos todos uma solução, com o constrangimento sério que é conhecido de todos — é que nós não temos dinheiro!

Nós temos que cumprir aquilo que assumimos, porque é nosso dever fazer isso. Nós temos que estancar a dívida que temos, e nós temos que clarificar o caminho futuro que as partes devem seguir. E temos que decidir isto porque o não decidir está-nos a custar mais dinheiro. Só em relação ao protocolo, a um protocolo (o protocolo da EMA), em cada dia útil que passa estamos a aumentar mais 2.000,00€ a nossa dívida. Isto tem de ser decidido.

E foi com este enquadramento que as partes envolvidas, todas as partes envolvidas, procuraram encontrar num esforço que foi saudável e exemplar e dando provas de uma grande abertura e de muita responsabilidade, pontes de entendimento para se encontrar uma solução. O resultado desse esforço está materializado naquilo que é já conhecido como “Memorando de Entendimento” que foi presente e foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. Estamos agora a tentar conceder a total concretização a esse documento. É nosso dever, não é naturalmente uma tarefa fácil, porque se fosse fácil estes problemas já estavam resolvidos há muito tempo ou nem sequer tinham sido criados.

Por fim, deixar uma certeza de que todas as partes envolvidas irão procurar as melhores e as mais consensuais soluções. Sendo certo que da parte do município, da nossa parte, como é nosso dever, iremos procurar cumprir com os nossos compromissos, estancar o avolumar

diário da dívida e clarificar o caminho futuro que é o que se exige a entidades de bem e entidades sérias.

O deputado Manuel Prior colocou a questão das extensões de Saúde. Nós temos acompanhado este processo, o Dr. Miguel Capão Filipe tem feito um esforço imenso no acompanhamento disso. Dar só esta informação, em nome do Dr. Miguel. Em relação a este processo de S.ta Joana está concluída; nos últimos dois anos as obras decorreram como muito esforço da nossa parte mas decorreram. Continuaram e estão em termos finais, tanto que já remetemos para a Administração Regional de Saúde do Centro o protocolo que define a cedência e utilização do edificado, e fazemos votos para que esta Unidade de Saúde, que é tão urgente, possa entrar em funcionamento.

Quanto às restantes, às de Esgueira, Cacia e S. Bernardo. Também as reuniões que fomos tendo com a Sub-região de Saúde, em que temos encontrado muita abertura neste processo, foi encontrada aqui uma solução. A ver se conseguimos dar mais celeridade a este processo que tem andado em ponto morto ou marcha-atrás. E aquilo que no diálogo mantivemos ou acordamos foi isto: foi a Câmara propor substituir-se à ARS-Centro na concessão, nos projectos, na construção dessas três extensões, na condição desses projectos virem a ser comparticipados no âmbito do QREN, ficando depois a ARS de pagar o diferencial. Parece-nos uma boa solução, uma solução equilibrada, e essa proposta já foi remetida para a ARS para ser analisada e posteriormente termos uma reunião.

Santos Costa, também agradecer-lhe a coragem que nos trouxe e a força que nos transmitiu.

Ia agora ao Período de Antes da Ordem Dia, algumas questões que estão em aberto, e permitam-me que lhes roube quinze segundos para vos ler o que diz o artigo 18.º do Regimento: “O período de Antes da Ordem do Dia, destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município, através de intervenções sobre qualquer daqueles assuntos, na medida em que a sua abordagem, não tenha cabimento no período na ordem do dia da Sessão”.

Portanto, quando nós não respondemos (como aconteceu já 10 ou 11 vezes aqui nesta Assembleia) a essas questões, não quer dizer que não queremos responder, não quer dizer que estejamos a fugir ao assunto, nem sequer quer dizer que estejamos a fazer batota; quer apenas dizer que nós estamos como é nosso dever a cumprir aquilo que esta Assembleia elaborou, que é o Regimento e aquilo que está na lei.

Quanto a algumas questões que possam ter ficado em aberto, creio que estão todas respondidas e creio que algumas delas foram colocadas novamente no âmbito desta Comunicação. E penso que não há nada aqui que tenha ficado por responder.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁴⁵

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁶

“Vamos ver se eu compreendi bem: o Senhor presidente disse que de dívida - existem dois tipos de dívidas. Uma das rendas, isto é as rendas que a Câmara recebeu da Aveiro POLIS terão de ser devolvidas ao Beira-mar uma vez que o Tribunal de Contas chumbou o negócio da troca da sede — é isso? Está certo? São cerca de 100.000,00€.

E falou também de uma outra dívida. Portanto, presumo aqui que não há qualquer dívida da Câmara ao Beira-mar, que o protocolo está em dia (não fez referência nenhuma); e depois há uma dívida da EMA ao Beira-mar de cerca de 1.200.000,00€, presumo que já com IVA?

Portanto, eu gostava de saber se esta dívida que presumivelmente é de 1.200.000,00€, penso que não tem os números certos, mas isso também não é de grande importância, portanto a diferença será sempre inferior a 100.000,00€ e será qualquer coisa entre 1.100.000,00€ e 1.200.000,00€, eu gostaria de saber se isso inclui o protocolo entre a EMA e o Beira-mar no

seu total a 100%, ou quando o Beira-mar desceu de Divisão foi renegociado esse protocolo para um valor certamente inferior, de acordo com aquilo que estava ou que era permitido no contrato do protocolo que efectivamente tinha sido celebrado entre a EMA e o Beira-mar?

Queria também perguntar — pôs em dúvida que o estádio se era do Beira-mar ou se era da Câmara de Aveiro! Mas há uma coisa importante: o estádio está em leaseback neste momento (os terrenos do estádio), quem é que fez o leaseback: foi o Beira-mar ou foi a Câmara? É que só pode fazer o leaseback quem é o proprietário do terreno e portanto, a propriedade avalia-se rapidamente pelo titular do leaseback.

Para além disso há compromissos, lá iremos. Será uma coisa para resolver a curto-prazo, porque isto é que é a necessidade a médio prazo, será uma coisa para resolver e para renegociar porque de facto a dívida que existe (é bom que se entenda, é esta) ou melhor, são os 100.000,00€? Dou de barato isso, uma vez que não se fez o negócio da troca da sede, da construção da sede e do eventual não sei quanto, mas, enfim, é reclamado 1.200.000,00€ entre a EMA e o Beira-mar. Isso é bastante menos do que aquilo que tem vindo nos jornais nos últimos tempos. Isto é que é a dívida! Depois existem compromissos. Mas os compromissos só se traduzem em dívida quando estiverem vencidos — ah, construção dos campos; tudo bem! Quando forem feitos. Se não têm dinheiro para... a Câmara não está em conduções neste momento de mandar construir cinco campos. É preciso rever isso. Penso que a Câmara estará a fazer nesse sentido.

Uma outra pergunta que já agora gostaria de lhe fazer é: a Câmara candidatou-se a um projecto no âmbito do POLIS XXI — até houve para aí uns mosquitos com cordas com o Senhor Presidente da Câmara de Ílhavo, que parece que não gostou muito; perdão, desculpe, com o Senhor Presidente da AMRia, parece que houve para aí uns mosquitos com cordas por causa desse projecto, gostava de saber se esse projecto foi aprovado se não foi aprovado e em que circunstâncias é que está.”

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [047](#)

“Dois pontos muito breves; um tem a ver com a dívida da EMA para com o Beira-mar. Vejo que a Câmara já calculou o valor da dívida e isso já é importante. A única questão que eu tenho a colocar ao Senhor Presidente da Câmara é — há um compromisso então de se pagar aquilo que se deve porque a Câmara é uma pessoa de bem e o Beira-mar também; a questão é a seguinte: a partir do momento em que existe esse compromisso, as partes envolvidas estão interessadas em resolver esse compromisso? Que partes são essas?

A segunda questão dirijo-a ao Senhor Vereador Dr. Miguel Capão Filipe relativamente aos Aveirenses Ilustres (peço imensa desculpa de insistir neste ponto, mas é um ponto que me interessa bastantes), é se no final deste ciclo de conferências vai ou não ser produzido um livro?”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [048](#)

“Eu queria simplesmente voltar à “vaca fria”, que não é nada de frio porque aqueceu. Simplesmente para referir que o Senhor Vereador porventura sentiu-se! E em política ninguém ofende ninguém. As pessoas podem sentir-se. De todo, é o que eu creio com o facto de eu ter referido que há um ano a esta parte se tinha falado em “pequenino peculato de uso” ou “peculatinho de uso” — não tem importância nenhuma.

É claro que sobre esta matéria nós estamos simplesmente preocupados com o espírito e com o valor da solidariedade que deveria existir e foi esse o assento tónico da questão. Não tem rigorosamente nada a ver, até porque queremos crer que a consideração e estima do Sr. Eng.º Carlos Santos é proporcional àquela que eu lhe devoto seguramente.

Relativamente à discussão desta última questão com o Beira-mar. O que solicitava de certo modo ao Senhor Presidente das Câmara, era se porventura seria possível ser distribuído a todas as bancadas os protocolos, por forma a tentar contribuir de uma modo mais positivo para o estudo e análise e apresentar diversas e várias alternativas.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁶⁴⁹

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁶⁵⁰

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁶⁵¹

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁵²

“Vou falar das respostas que foram dadas e das que não foram dadas. E vou dizer que embora concordando com o método que o Senhor Presidente utiliza de responder às perguntas de uma só vez, mesmo que elas sejam feitas no Período de Antes da Ordem do Dia, referindo-se a situações do período da Comunicação do Senhor Presidente, já não concordo, embora esteja no seu direito, de que eventualmente possa haver omissão de respostas.

E neste particular, independentemente de repetir que está no seu direito a omissão da resposta, gostava de deixar como referência a omissão a uma questão que foi colocada na reunião anterior relativamente à posição da Câmara poderia ter quanto ao chumbo na Assembleia da República de uma proposta no meu Partido de inclusão em PIDDAC de vários aspectos para o concelho. E depois, outra questão que eu também levantei, sobre o momento que se vive, que se viveu, e que se vive e se continua a viver, relativamente aos trabalhadores da Moveaveiro. Era só para referir isto.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁶⁵³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁵⁴

“Para dizer que fiquei um bocadinho decepcionado com as palhras do Senhor Presidente; espera um bocadinho mais e aguardei desde a última sessão (desde o ano passado, - desde 27 de Dezembro), à espera da resposta. E fiquei porque eu acho que com base no que se passou na política municipal nos últimos tempos, eu creio que vossa excelência, devia ter trazido aqui à Assembleia, dois assuntos muito bem estudados. V/ Exa., é professor de profissão, e bem sabe o que o aluno trazer a lição estudada na ponta da língua, e V/Exa., não trouxe aqui aquilo que em meu entender (é evidente), devia ter trazido.

Nomeadamente, em relação ao Beira-mar, estranhei que não tivesse consigo os números concretos, - se calhar tem e como demorou algum tempo a concretizá-los, permita-me que pense que eventualmente não terá concretizado os números em concreto.

Segundo, em relação às imprecisões, ou se pelo menos não é às imprecisões, o Senhor presidente disse que fala sobre alguns factos em concreto, mas eu também lhe devo devolver algumas perguntas nomeadamente, diz o mesmo protocolo na clausula 12.ª. - que fala da renegociação do contrato; “que entregará ao Sport Clube do Beira-mar a Câmara a quantia anual de 500.000 mil euros, actualizada de acordo com o índice de inflação. Este montante será agora em prestações mensais até ao dia 5 de cada mês, sendo a primeira devida na data de 5 de Setembro de 2003, no entanto se o Sport Clube Beira-mar descer do escalão principal do Futebol Português aquele montante será reavaliado”.

E portanto, depois poder-se-á argumentar. A minha pergunta é: o Beira-mar esteve na segunda divisão na época 2005/2006, se foi feita alguma diligência para renegociar (?); o Beira-mar está neste momento na segunda divisão, em 2007/2008, e se foi feita alguma diligência para renegociar este protocolo?

Em segundo lugar, e também um pouco nas palavras do meu colega de oposição António Regala, - sobre a Moveaveiro Senhor Presidente (?), eu percebo que não queira, até por economia, é uma forma como o Senhor Presidente encara e tenho que a respeitar do ponto de vista democrático até poderá fazer algum sentido, mas em relação aos trabalhadores da Moveaveiro, vieram aqui colocar problemas concretos e estavam à espera de uma resposta. E foi pena que o senhor presidente da câmara não tivesse na altura própria nesse dia em concreto dado uma palavra aos trabalhadores da Moveaveiro, - não sei se o fez depois pessoalmente lá fora, mas acho que eles mereciam mesmo do ponto de vista formal, creio que o devia ter feito e era isso que lhe tinha ficado bem.

E por estas duas notas, acho que o Senhor Presidente hoje, não esteve particularmente feliz.

Devo dizer que ao contrário, já o CDS brilhou nesta Assembleia Municipal esta noite. Eu confesso que a intervenção do Vereador Capão Filipe, devo dizer e devo sublinhar e estou-lhe a dizer isto com honestidade e sem ironia política, que foi provavelmente a melhor intervenção de todas as intervenções da bancada da coligação e câmara, que ouvi aqui, foi a melhor a meu ver. E até lhe devo dizer, que subscrevo grande parte das suas palavras.

Entendo, e se me permitir, terá que ter pelo menos e fará a justiça de se lembrar de duas coisinhas de que se esqueceu; lembrar V/ Exa., que saíram coisas de Aveiro mas também entraram algumas, nomeadamente, o Campus da Justiça, a Direcção Regional de Economia e a Direcção Regional do Desporto; ficar-lhe-ia bem se ter lembrado disso, não se lembrou, só se lembrou do que saiu, se calhar porque o Campus da Justiça poderá trazer alguma responsabilidade do seu partido e provavelmente não se terá lembrado sobre isso, ou não se terá querido lembrar.

Em segundo lugar, para lhe lembrar que V/ Exa., teve uma vontade enorme, o seu discurso foi muito bem feito e com brilhantismo, e devo-lhe dizer que de grande parte no que concerne à saúde acho que tem toda a razão, - com o toda a honestidade, mas eu acho é que precisa de incendiar a sua própria câmara, que sobre isso não se pode esquecer, Senhor Vereador, que também é actor principal, também, tem responsabilidades. Tem responsabilidades sim! Tem que ser actor também, e preponderante, e não se esqueça que a única coisa que podemos constatar que seja realmente grande realidade desta câmara municipal é a vinda para Aveiro da Estação de tratamento do lixo em Eiról. E isso é que é uma coisa que temos que sublinhar, mas eu não queria fazer política sobre isso, e devo-lhe dizer muito pessoalmente, que subscrevo grande parte da sua intervenção, nomeadamente, em relação às questões da Saúde.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [055](#)

Vogal Santos Costa (CDS/PP) [056](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [057](#)

Vogal Raul Martins (PS) [058](#)

Vogal Santos Costa (CDS/PP) [059](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [060](#)

Presidente da Mesa [061](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe [062](#)

(Saiu da sala a Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo)

Presidente da Câmara [063](#)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁶⁶⁴

“Deu entrada na Mesa uma moção subscrita pela bancada do PSD, e é do seguinte teor: «MOÇÃO – A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião do dia 4 de Janeiro de 2008, em que tomou conhecimento, pelos seus representantes na Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro e no Conselho Geral do Hospital Infante D. Pedro, de que estes órgãos não reuniram durante todo o ano de 2007, vem lamentar a ausência de funcionamento destes órgãos consultivos, principalmente num ano em que têm havido alterações profundas na política nacional de saúde que têm afectado directa e negativamente o município de Aveiro e a sua região».”

Vogal António Regala (PCP) ⁶⁶⁵

De seguida, a Presidente da Mesa⁶⁶⁶ colocou à deliberação do plenário a votação da moção apresentada, sendo aprovado por maioria.

Continuando, colocou à votação a Moção apresentada, sendo a mesma aprovada por maioria, com vinte seis votos a favor (PSD17+CDS7+BE1+PCP1), dez abstenções (PS10) e zero votos contra.

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 07 de Janeiro (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 05 de Janeiro de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(6:00)